UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

CICERA JULIANY DE LIMA OLIVEIRA SILVA

EMANCIPAR OU MORALIZAR: TENDÊNCIAS ÉTICAS DO SERVIÇO SOCIAL EM MEIO A CONTEMPORANEIDADE

Juazeiro do Norte – CE
2019

CICERA JULIANY DE LIMA OLIVEIRA SILVA

EMANCIPAR OU MORALIZAR: TENDÊNCIAS ÉTICAS DO SERVIÇO SOCIAL EM MEIO A CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora, como exigência para a obtenção de título de bacharel em serviço social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Profª. Maridiana Figueiredo Dantas

Juazeiro do Norte – CE

2019

CICERA JULIANY DE LIMA OLIVEIRA SILVA

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS À MATERIALIZAÇÃO EM MEIO A CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a banca examinadora, como exigência para a obtenção de título de bacharel em serviço social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação do Profª. Maridiana Figueiredo Dantas

Apresentada em: ____ /____/_____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profª. Esp. Maridiana Figueiredo Dantas
Orientadora

_____

Profª. Ms. Maria Clara de Oliveira Figueiredo
1º Examinador

_____

Jucycler Ferreira Freitas
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE

2019

“Aos meus pais, meu irmão, e todas as pessoas especiais que fazem parte da história, as quais com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela oportunidade que me concedeu, de ingressar no curso de Serviço Social e pelo constante crescimento profissional e até mesmo pessoal advindo desta graduação.

Aos mestres do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, por todos os ensinamentos ao longo da trajetória acadêmica, contribuindo a cada dia para que eu me tornasse uma profissional melhor. Em especial a Professora Esp. Maridiana Dantas, por ser inspiração de profissional a seguir, além de toda paciência e atenção no processo de elaboração do TCC.

Aos sujeitos da pesquisa que contribuíram de forma muito significativa para o desenvolvimento desta monografia

Aos meus pais, amigos e namorado pela paciência nos momentos de tensão e por incentivarem, de alguma forma, toda a minha trajetória. Essa conquista é de todos vocês!

RESUMO

O projeto Ético – Político do Serviço Social apresenta compromissos para balizar o exercício profissional dos assistentes sociais, estes consolidados no Código de Ética de 1993 são atravessados, no cenário contemporâneo, por uma série de transformações societárias que propiciam o resgate de práticas conservadoras. Propõe-se a analisar a viabilidade da materialização dos compromissos éticos no cotidiano profissional, compreendendo os impasses do contexto em que se insere. Neste intuito foram discutidas as conquistas éticas ao longo de toda a trajetória histórica do serviço social, identificando particularidades da atuação dos assistentes sociais desde o filantrópico até a perspectiva crítica, ressaltando a percepção destes acerca da relação teoria-prática no cotidiano profissional. Orientada pelo método crítico dialético, a discursão ocorreu fundamentada em materiais de aporte teórico, além de uma pesquisa de campo realizada mediante aplicação de questionário em setores da Política de Assistência Social. Como resultado identificou a compreensão destes profissionais acerca dos princípios que regem o Projeto Ético – Político do Serviço Social, conhecimento adquirido desde o âmbito acadêmico. Entretanto, a maioria dos questionários apontam para uma carência na materialização e articulação desses compromissos com a prática profissional, sinalizando como recorrente a existência do distanciamento na relação teoria-prática, dado os impasses encontrados no âmbito de atuação dos assistes sociais.

Palavras-chave: Materialização. Compromissos éticos. Prática profissional. Cenário Contemporâneo. Política de Assistência Social.

ABSTRACT

The Ethical - Political project of the social service presents commitments to mark the professional practice of Social Workers, these consolidated in the Code of Ethics of 1993 are crossed, in the contemporary scenario, by a series of societal transformations that propitiate (condition) the rescue of conservative practices. It proposes to analyze the viability of the materialization of the ethical commitments in the professional daily, understanding the impasses of the context in which it is inserted. In this context, ethical achievements were discussed along the whole historical trajectory of social service, identifying particularities of the Social Assistants' activities from the philanthropic to the critical perspective, emphasizing their perception about the theory-practice relationship in daily life (day-to- day) professional. Guided by the dialectical critical method, the discourse was based on materials of theoretical contribution, as well as a field research carried out by applying a questionnaire in sectors of the Unified Social Assistance System of Juazeiro do Norte. As a result, he identified the understanding of these professionals about the principles that govern the Ethical - Political Project of Social Service, knowledge acquired from the academic field. However, most of the questionnaires point to a lack of materialization and articulation of these commitments with professional practice, signaling as recurring the existence of distance in the theory-practice relationship, given the impasses found in the scope of social assistance.

Keywords: Materialization. Ethical Commitments. Professional practice. Social Assistance Policy.

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBASS	Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNPL	Confederação Nacional de Profissionais Liberais
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
CRI	Centro de Referência do Idoso
FUNABEM	Fundação Nacional para Bem-Estar do Menor
LOAS	Lei Orgânica da Assistência
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PEP	Projeto Ético Político
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NOB	Norma Operacional Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico I 55

Gráfico II 56

Gráfico III 57

Gráfico IV 59

Gráfico V 61

Gráfico VI 62

Gráfico VII 63

Gráfico VIII 65

Gráfico IX 66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I: REFLETINDO A CONTEMPORANEIDADE DO SERVIÇO SOCIAL 14

1.1 DE PRECEITOS MORAIS A PRINCÍPIOS ÉTICOS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO 14

1.2 GARANTIA DE DIREITOS X REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO: IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS 24

CAPÍTULO II: A DICOTOMIA DO SER E DO DEVER SER: REFLEXOS PARA O SERVIÇO SOCIAL 32

2.1 MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO – POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA CONTEMPORÂNEA 32

2.2 LEGITIMIDADE PROFISSSIONAL: A EFETIVAÇÃO DA AUTONOMIA E INTERVENÇÃO NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 39

CAPÍTULO III: AS PERCEPÇÕES DOS COMPROMISSOS ÉTICOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 46

3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS 46

3.2 O PROJETO ÉTICO – POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO COTIDIANO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 49

3.3 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NESSE ÂMBITO 53

CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

REFERÊNCIAS 70

APÊNDICES 76

INTRODUÇÃO

O cenário atual é marcado pelo avançar neoliberal, de reajustes e cortes para com o social, na contramão dessa ideologia o Serviço Social estabelece compromissos com a defesa dos direitos humanos e a universalidade no acesso aos bens e serviços, além dos princípios e valores éticos assumidos no Projeto Ético Político do Serviço Social, consolidados no Código de Ética Profissional de 1993, que apresentam elementos basilares para nortear a categoria no seu exercício profissional.

Segundo Simões (2012), a partir de meados da década de 1970, mediante mais uma crise estrutural do capital, ocorrem profundas transformações societárias que têm como ponto de partida a reestruturação produtiva e os processos de reforma do Estado capitalista contidos nos planos de ajuste em curso principalmente na década de 1990. Impondo, nas últimas décadas um contexto que desafia os Assistentes sociais a reafirmar os seus valores éticos, com vistas a materializá-los no cotidiano profissional para que o seu exercício não seja relegado a retomada do caráter conservador ou limitar-se ao funcionalismo.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar os rumos da atuação dos assistentes sociais, assim como na década de 1970 com Movimento de Reconceituação uma vez que, segundo Faleiros (1997):

> O movimento de reconceituação contribuiu significativamente para uma guinada no olhar que boa parte do Serviço Social vinha dirigindo sobre seu papel e sobre sua eficácia, levantando a questão de sua relação com o capitalismo e as classes sociais (FALEIROS, 1997, p. 80-81).

Nessa perspectiva, mais uma vez, é tempo de cada assistente social realizar constantes análises acerca da postura ética frente a cada demanda posta, com o objetivo de resistir ao conservadorismo. Ressaltar tais discussões como meio de manter viva a importância dos compromissos éticos assumidos pela profissão, de buscar possibilidades para efetivá-lo em meio a dinâmica adversa da sociedade atual.

A promoção de um exercício desenvolvido através do comprometimento para com as prerrogativas do arcabouço ético da profissão irá refletir diretamente em ações com maior intervenção na vida dos sujeitos podendo promover mudança na forma como estes se veem socialmente, além de promover uma maior legitimação do Serviço Social enquanto profissão.

Portanto, tendo em vista as questões levantadas anteriormente, a presente pesquisa delimita como objetivo, uma análise crítica com vistas a compreender, à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social e mediante as contrariedades do cenário contemporâneo, a viabilidade da materialização dos compromissos éticos no cotidiano da Política da Assistência Social, instituída "[...] como uma política social não contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas quer pelas rendas do trabalho, quer pela condição geracional – infância e velhice –, quer por necessidades físicas e mentais" (MOTA, 2010, p. 15). Assim constitui um âmbito em que o assistente social lida com uma vasta amplitude e emergência nas respostas.

Nesse contexto, objetiva-se, especificamente, debater acerca dos compromissos éticos assumidos pela categoria profissional em cada contexto ao longo da trajetória histórica da profissão; compreender os impasses impostos pelo cenário contemporâneo que tendem a limitar o processo de efetivação dos princípios éticos e retroceder o Serviço Social a perspectiva conservadora; e desvelar a viabilidade de um agir ético, mesmo em meio a tantas transformações e desmontes dos direitos sociais.

Para discutir as temáticas propostas, a pesquisa foi dividida didaticamente em três capítulos.

O primeiro, *Refletindo a contemporaneidade do Serviço Social,* enfatiza uma reflexão sobre os compromissos éticos que a profissão assume em cada contexto, desde a visão filantrópica e caritativa da questão social até adquirir uma perspectiva crítica, desvelando os impasses que interpelam essa criticidade do Serviço Social no cenário contemporâneo.

O segundo, *A dicotomia do ser e do dever ser: reflexos para o serviço social,* ressalta as dificuldades em que o assistente social está inserido e que tem que enfrentar para a prossecução de um agir com fins éticos e políticos conforme preconizado no projeto ético da profissão, enfocando a autonomia e intervenção profissional como elementos basilares para a efetivação de uma atuação nessa perspectiva.

E o terceiro, intitulado *As percepções dos compromissos éticos no âmbito da política de assistência social*, aborda a articulação dos valores éticos com o cotidiano dos assistentes sociais em diferentes setores da Política de Assistência Social, ressaltando a compreensão e perspectiva dos profissionais, inseridos nesse âmbito.

A pesquisa, de abordagem crítico-dialética, partiu da análise de referenciais de aporte teórico que permitem analisar o que já se compreende acerca dos compromissos éticos da profissão, uma vez que apoiar-se em dispositivos teóricos possibilita a intervenção na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, permitindo mediar a descrição e a interpretação (ORLANDI 2005). Ademais, se faz uso da pesquisa de campo, através da aplicação de questionário fechado com assistentes sociais, visando ressaltar a percepção destes sobre as tendências éticas do Serviço Social diante de um contexto adverso.

Através da presente pesquisa espera-se provocar ao menos uma razoável inquietação na categoria dos assistentes sociais com relação ao fazer profissional, para que tenham a percepção do projeto ético político e do código de ética como direção social para a atuação, para frente a cada adversidade que venha a perpassar o seu exercício, se busque respostas no aparato ético da profissão e assim negando intervenções que divergem dos princípios da profissão.

CAPÍTULO I: REFLETINDO A CONTEMPORANEIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

1.1 DE PRECEITOS MORAIS A PRINCÍPIOS ÉTICOS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO

O Serviço Social é definido atualmente como uma profissão comprometida com a classe trabalhadora e com o trato da questão social que se expressa em meio às contradições da sociedade capitalista, buscando, através da mediação e da gestão de Políticas Públicas, a inclusão e a participação das classes subalternas na sociedade.

No entanto, a sua historicidade é marcada pelo caráter conservador, discrepando da perspectiva ética e política definida acima, visto que no Brasil a gênese do Serviço Social enquanto profissão é fruto do acirramento das expressões da questão social oriundo do forte processo de industrialização vivenciado na década de 1930, que trouxe agravos, como a substituição do homem pela máquina, gerando desemprego; desigualdade social, uma vez que a classe burguesa detém os meios de produção e concentra maior parte da riqueza; exploração do trabalho infantil e várias outras questões que passaram a se desenvolver nesse cenário.

Além disso, no ano de 1929 e em meados da década de 1930, se vivenciava no mundo inteiro a chamada Grande Depressão que caracterizou como sendo um momento de grande crise econômica que afetou todos os países em diversos setores, além da economia, agravando consideravelmente as expressões da questão social. Especificamente no Brasil, a Crise de 1929 afetou a principal fonte de renda do país, a produção cafeeira, reduzindo drasticamente a exportação do café e consequentemente, o financiamento do Estado para com o produto, o que acarretou na pauperização de uma grande parcela da população. Este contexto contribui para uma grande pressão popular, através de manifestações e greves, que fazem com que o problema com a pobreza se torne perigoso para a omissão do Estado, levando-o a dedicar, ainda que relativamente, a sua atenção para a área social.

O Estado passa a tomar como responsabilidade a necessidade de prover uma intervenção para além do trato policialesco, requisitando os assistentes sociais, em parceria com a Igreja Católica, e assim, institucionalizando a profissão para atender a necessidade de intervenção na chamada desordem social que impactava a classe trabalhadora nesse período, entretanto, com o caráter funcionalista, ligado ao

conservadorismo, para executar ações meramente paliativas com vistas a regulação, normalização e moralização. Como bem versa Yazbek (2009):

> Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBEK 2009, p.92).

O Serviço Social tem a sua atuação inicialmente ligada aos interesses do Estado no sentido de coerção social, de manutenção da ordem e ajustamento dos indivíduos, bem como os ditames da Igreja Católica a fim de propagar o seu projeto de recristianização da população. Nesse sentido, o cenário vivenciado limita, ao nível correcional da moral e da culpabilização, o trato das expressões da questão social, como fome, violência e exploração do trabalho, afloradas com o avançar da industrialização pesada no país, através ações fundamentadas em valores firmados pelas doutrinas positivista e neotomista.

Esse caráter é adotado em decorrência de que o contexto que inicialmente insere a profissão, vislumbra a sociedade como um conjunto em perfeito equilíbrio, com a inexistência de contradições, pois afirma-se o compromisso com a perfectibilidade e com a promoção do bem comum. Fazendo necessário a correção de posturas que colocassem em risco essa harmonia da sociedade, sendo consideradas como “desajustes sociais.”

Nesse sentido, para assegurar a manutenção desses valores a profissão adquire um status de “vocação”, em que é destinada somente a mulheres e estas ainda devem possuir uma moral inquestionável, devendo, serem exemplos para todos do perfil que se deve assumir na sociedade. Conforme afirma Barroco (2007):

> A ação profissional é tida como uma “vocação” a ser exercida por indivíduos dotados de um perfil ético-moral dado por “qualidades inatas”, daí a consideração de seus componentes como elementos da “natureza feminina”. Esse ethos passa a compor sua imagem social historicamente legitimada: o assistente social deve ser um exemplo de “integridade” moral, o que concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrangem inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento (BARROCO, 2007, p.93).

Verifica-se, portanto, que nesse contexto a ética é vista como a ciência dos preceitos morais, de regras de comportamento que viabilizem o bem e o combatam

os males. E assim para orientar acerca dos valores que a profissão deve resguardar, desde a década de 1940 foram construídos os Códigos de Ética do Serviço Social, que ao longo da trajetória histórica da profissão, no Brasil, objetivou afirmar os compromissos assumidos pela categoria profissional em cada contexto a qual esteve inserida, estando este suscetível a constantes modificações de acordo com as transformações societárias em curso, perpassando por normatizações e deveres com o caráter conservador até chegar a perspectiva crítica.

> As configurações do ethos profissional, em sua origem condicionam a imagem e auto-representação do Serviço Social tradicional: uma profissão mediada por valores humanistas, com forte apelo ético-moral. Disto, porém, não decorre de um debate ético crítico permanente, nem tampouco uma produção teórica sistemática; com isso, a elaboração teórica da ética profissional fica basicamente restrita aos Códigos de Ética, o que só vem se alterar nos anos 90. (BARROCO, 2007, p. 95)

O primeiro Código de Ética do Serviço Social, surge no ano de 1947 em meio a todo o contexto anteriormente descrito, aprovado na Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS, com a finalidade de balizar a atuação dos assistentes sociais desse período, o qual situa a profissão no âmbito de valores e princípios da moralidade cristã, em que as desigualdades e mazelas enfrentadas pelos indivíduos ocorrem “porque Deus quis”, levando os sujeitos a enquadrar-se à ordem, a aceitarem a propriedade privada e a realidade vivenciada, fundamentados nas leis da Igreja Católica. Dessa forma, prevê uma atuação baseada na neutralidade e ausente de questionamentos e críticas, limitada a defesa de um projeto profissional tradicional e conservador dos costumes e valores propagados no período.

O referido código apregoa em suas disposições, de acordo com a Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS (1947):

> “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus; Recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral; Manter uma atitude honesta, correta, procurando aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão; Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade (ABAS, 1947: SEÇÃO I)”.

Assim, o dever do assistente social está ligado a desenvolver ações que não representem ou compactuem com o que é considerado “imoral” ou “ilegal” de acordo

com a “Lei de Deus”, a qual a profissão assume o compromisso através da doutrina do Neotomismo, devendo estar baseada na caridade cristã para a defesa do bem comum.

Com o decorrer dos anos, com enfoque as décadas de 1960 e 1970, vivencia-se uma conjuntura permeada por mudanças em detrimento da adoção de uma postura um tanto mais contestadora, por parte da sociedade, através de reivindicações por igualdade, uma vez que se questiona alguns valores propagados pelo conservadorismo e em contra partida a isso, em 01 de Abril de 1964, se tem a imposição do Regime Ditatorial, o qual perdura até 15 de Março de 1985, trazendo consigo um fortalecimento dos valores morais, controle social através de censura, repressão e torturas, o que reprime a liberdade de expressão de indivíduos, partidos políticos e movimentos sociais, com o objetivo de, como afirma Netto (2015), adequar o desenvolvimento social e econômico do período ao ritmo do sistema capitalista e das suas exigências; através do uso da força e repressão do aparelho militar, restringir o avançar das camadas populares que são contra a inserção desse sistema, os chamados comunistas; e assim, também, deter a propagação dos seus ideais.

Todo esse cenário, acarreta o surgimento de novas demandas e consequentemente na exigência de um novo posicionamento por parte do assistente Social, levando a categoria profissional a levantar questionamentos acerca do trato moralizante e culpabilizador dos indivíduos no que diz respeito as expressões da questão social a qual estavam submersos.

Assim, no ano de 1965, um novo código de ética entra em vigor para orientar a profissão diante desse contexto, apresentando ainda, um enfoque desconstituído de criticidade, fundamentado na perspectiva neotomista, através da neutralidade e da reprodução de costumes. Apesar disso, é no código de 1965 que se tem a primeira aproximação com a democracia e com o pluralismo, uma vez que traz em suas disposições que um Código de Ética deve respeitar os diferentes “credos” e concepções, para tanto, deve estar acessível para todos os profissionais, independente dos seus valores morais, filosóficos ou religiosos. Além de atribuir ao Serviço Social o status de “profissão liberal”, conforme afirma O Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, citado por Barroco (2007):

> Embora conserve a base filosófica tomista, o Código de 1965 busca, em momentos, imprimir uma direção ética que não está presente em 1948 nem tampouco em 1975. Em sua introdução, a ética profissional é relacionada às demandas decorrentes do “mundo moderno”, onde a profissão adquire “amplitude técnica e científica”. O serviço Social já não é mais tratado como

> uma atividade humanista, mas como “profissão liberal” ... “de natureza técnico-científica” (BARROCO 2007, p. 126).

Dessa forma, provoca na profissão, não um rompimento definitivo com o caráter conservador, presente na atuação dos assistentes sociais, mas dá subsídios para a formulação do que vem ser chamado de tendência “modernizadora”, a qual possibilita uma visão um pouco mais reflexiva sobre a realidade e os costumes impostos, inserindo o Serviço Social, conforme considera Netto (2015), em um processo de renovação, que provoca um “pluralismo profissional”, visto que contribui para a profissão autoanalisar-se, no que diz respeito às suas ações, práticas e a própria legitimação profissional.

O referido código e o contexto no qual se insere, apesar de viabilizar algumas “modernizações” mantem a profissão limitada a perspectiva filosófica da doutrina neotomista, em que o assistente Social permanece com o compromisso de resguardar e contribuir para a promoção do bem comum, devendo ainda ser neutro e ter a moral como “alicerce” profissional, mantendo, portanto, a visão tradicionalista do Serviço Social.

Por conseguinte, ainda sob o contexto da Ditadura Militar, é construído o Código de Ética do Serviço Social de 1975, em que neste ao contrário dos pequenos avanços trazidos através do código de 1965, se tem a retomada do viés conservador, a partir da adoção da vertente, citada por Netto (2015) como reatualização do conservadorismo, que vem propor uma nova forma de pensar o conservadorismo. Para tanto, destitui da profissão o compromisso com democracia e pluralismo, anteriormente afirmadas.

Além disso, traz consigo a substituição do neotomismo, passando a se fundamentar na corrente filosófica da fenomenologia, alteração que nem de longe se traduz em avanço, uma vez que “se apresenta como método de ajuda psicossocial fundado na valorização do diálogo e do relacionamento; com isso reatualiza a forma mais tradicional de atuação profissional: a perspectiva psicologizante da origem profissão” (Barroco 2007), nega-se a totalidade, em detrimento da utilização de práticas que vem mais a culpabilizar os indivíduos pelo “desajuste social” o qual está submerso.

Assim, o código de 1975 dispõe entre suas normatizações que é dever do assistente social:

> Obedecer aos preceitos da Lei e da Ética[...] Respeitar a política administrativa da instituição empregadora[...] Zelar pela família[...] encorajando medidas que estabeleçam sua estabilidade e integridade... Participar de programa nacionais e internacionais destinadas à elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais[...] Agir, quando perito, com isenção do ânimo e imparcialidade (CFAS, citado por BARROCO 2007, p. 129).

A partir do que vem regulamentar o código, a profissão tende a ficar submetida aos ditames da autocracia burguesa, ausente de questionamentos, criticidade e reflexões políticas, mais uma vez reafirmando o tradicionalismo, através do compromisso com o bem comum e com a autodeterminação.

Prosseguindo para a década de 1980, se tem um contexto bastante adverso que impõe inúmeras mudanças, tanto no contexto econômico e político, como também para o social. Tem-se o fortalecimento do capitalismo, suprimindo os ideias socialistas que antes apareciam timidamente, o contexto ditatorial entra em declínio dada as lutas reivindicatórias pela redemocratização do Brasil, que vão ganhar efetividade na consolidação da Constituição Federal de 1988, visto que essa garante, através das suas leis, a instituição de um regime democrático, de direitos políticos, civis e sociais.

Todo esse cenário traz rebatimentos também para o Serviço Social, proporcionando um questionamento acerca do posicionamento da profissão, levantando debates e produções acadêmicas que objetivam uma profissão firmada em criticidade e princípios éticos. E é nesse sentido que se constrói um novo código de ética, a normatização de 1986, que prevê a afirmação de um compromisso com a liberdade, com os interesses da classe trabalhadora, tendo por objetivo, através da mediação, defender os direitos dessa classe baseados em uma perspectiva ética e política da profissão.

Vivencia-se aqui, a vertente apresentada por Netto (2015) como Intenção de Ruptura, visto que proporciona ao Serviço Social desenvolver uma atuação com o objetivo de compreender a sociedade através de uma perspectiva de totalidade, deixando pra trás o neotomismo e a fenomenologia e passando a estar pautada, pela primeira vez, no marxismo, em que este propõe uma reflexão sobre as relações humanas e as instituições que regulavam as sociedades através de um embasamento teórico/crítico, rompendo, assim, com o Serviço Social Tradicional.

Diante do cenário, sente-se a necessidade da criação de um projeto profissional para o Serviço Social, a fim de apresentar uma imagem para profissão e ainda orientar

acerca dos princípios e valores que a legitimam. Conforme é afirmado por Netto (1999):

> Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto 1999, p.04).

Para tanto, os projetos profissionais devem ser mutáveis, visando estar em sintonia com a realidade vivenciada pelos indivíduos socialmente, com as transformações societárias que impactam a vida dos sujeitos, além de apresentar como elemento fundamental a busca por responder demandas oriundas do contexto social, visto que esses estão inseridos em um projeto mais amplo, os denominados projetos societários.

> Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade (Netto 1999, p.04).

Os projetos societários expressam-se a partir dos interesses de classe, estando polarizados entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, e por possuir essa característica são essencialmente mutáveis visando acompanhar as mudanças em curso, sejam elas econômica, política, social ou cultural. Entretanto, vale ressaltar que, na sociedade hodierna, o projeto da classe burguesa, tida como dominante, ganha relevância com relação as propostas sugeridas pelo da classe subalterna em detrimento do poder exercido essa, tornando o seu projeto da primeira hegemônico.

Dada às características dos projetos profissionais e dos projetos societários, é fundamental estabelecer como ambos se relacionam, uma vez que nas duas abordagens se tem estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas Barroco (2007), com o intuito de assim tornar-se interventivo.

Nesse sentido, é na década de 1980 que a categoria profissional, em busca de superar as amarras do conservadorismo e fundamentada na Teoria Marxista, inicia a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social em que este vem ser constituído pelo que Sousa (2008) chama de “tripé da competência profissional”, com caráter

Ético - Político, em que se busca afirmar o compromisso com a classe trabalhadora e com a defesa intransigente dos Direitos Humanos; o Teórico Metodológico, o qual ver a necessidade de uma aproximação teórica crítica; e o Técnico Operativo que está relacionado ao fazer, a aplicabilidade na prática.

Dessa forma, o Projeto Ético Político do Serviço Social pretende viabilizar uma aproximação do exercício profissional com o projeto societário, visto que o primeiro traz na sua formulação deveres que contribuem para uma nova prática profissional, para enfrentar novos desafios e problemáticas, através de uma atuação para além da apreensão fenomênica das demandas dos usuários, do caritativo e do correcional, contribuindo, assim, com construção de novas políticas, que possibilitem a participação dos indivíduos em sociedade, com caráter interventivo e emancipatório da sua realidade.

> Esquematicamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO 1999, p. 15-16)

Portanto, propõe a categoria assumir o compromisso de desenvolver uma nova relação com os sujeitos demandantes do exercício profissional do assistente social, objetivando qualidade nos serviços prestados através de uma atuação que vise ir além da mera execução de políticas e da manutenção de usuários submissos ao Estado. E com a finalidade de contribuir com a promoção da emancipação dos indivíduos em cada intervenção realizada pelo profissional, mesmo com os limites que são impostos pelo capital.

O final da década de 1980 e a década de 1990, marca um decurso muito significativo para o serviço social, em que embora se vivencie uma supervalorização do capital, com perspectiva neoliberal que impõe novos padrões de produção de reprodução, além de desmonte no social, é nesse contexto que se tem a criação da nova Constituição Federal, datada de 5 de outubro de 1988, e ainda a Lei Orgânica da Saúde (15 de setembro 1990), Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (13 de

julho de 1990), Lei de Regulamentação da Profissão (13 de março de 1993) e a Lei Orgânica da Assistência – LOAS (7 de dezembro 1993).

Outro grande marco da década de 1990 para a profissão e que possui bastante relevância, é a construção do Código de Ética do Serviço Social de 1993, que vem reformular a normatização de 1986 desconsiderando a visão ahistórica no trato da questão social, presente nos códigos de ética anteriores e assume o compromisso com uma postura profissional ética e política, evidenciando os direitos conquistados com a Constituição Federal de 1998 e assim reconhecendo os indivíduos em sociedade como sujeitos de direitos a serem resguardados.

Vigente até os dias atuais, o código de 1993 versa dentre os seus princípios e valores o compromisso com a liberdade, com a promoção da emancipação e autonomia dos sujeitos, a fim de desenvolver as suas potencialidades e promover a superação de limitações; a Defesa Intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, posicionando-se contra quaisquer ações ou posturas que denotem desigualdade, opressão ou preconceito; o desenvolvimento de uma atuação profissional que assegure a promoção da cidadania, através de ações de fato interventivas; o incentivo a participação e pertencimento dos usuários à coisa pública; a necessidade de assistentes sociais comprometidos com a equidade e justiça social, com a finalidade de garantir igualdade no atendimento e no acesso as políticas sociais, independente da forma de inserção do sujeito na sociedade; possibilita a reflexão crítica a cerca de diversas vertentes, a garantia do *pluralismo profissional;* afirma o compromisso da categoria com os interesses da classe trabalhadora; propõe a aproximação com outras categorias profissionais que objetivem a promoção da liberdade e emancipação dos sujeitos; e a qualidade dos serviços prestados pelo profissional, devendo estar para além do nível da imediaticidade, visando promover intervenções significativas nas demandas dos usuários (Código de ética, 1993).

Apresenta, firmado na democracia, a liberdade como valor de destaque central, em que, segundo Barroco (2012), pode-se afirmar:

> É por isso que uma categoria social como a liberdade, que concretamente corresponde à existência de alternativas, à possibilidade de escolhas, à existência de condições sociais para a vivência e a ampliação das capacidades, a liberação dos impedimentos à manifestação das forças humanas, etc, passa a ser valorizada, a ser representada como valor ético e político por meio da práxis humana (BARROCO; TERRA, 2012, p. 56).

Portanto, é a defesa e materialização do verdadeiro sentido de liberdade que vem desencadear condições favoráveis para a promoção da emancipação dos sujeitos, a partir de um comprometimento com a construção da autonomia e plena expansão dos indivíduos, viabilizando uma articulação com todos os valores e princípios firmados no código.

Dessa forma o código de ética de 1993, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), possibilitou reafirmar a perspectiva crítica do Marxismo, além de significar base jurídico/político para a legitimação dos valores que o Projeto Ético Político do Serviço Social pretendia estabelecer desde que estava em construção, acarretando na sua consolidação na década de 1990.

Nota-se, portanto, que o referido projeto e código de ética proporcionam a profissão uma maior legitimação frente a sociedade, além de um significativo desenvolvimento nas suas ações, no trato com as demandas dos usuários e principalmente no que diz respeito a formação dos assistentes sociais, inserindo a profissão em um âmbito jamais pensado, em que se exige uma atuação para além do que está posto, a partir de profissionais mais interventivos e propositivos, capaz de articular o tripé de competência profissional, citado anteriormente, para que assim contribua para uma sociedade baseada na equidade e justiça social, valores constituintes de uma sociedade de fato democrática.

Assim, é possível constatar que para a profissão adquirir o escopo, acima citado, foi necessário passar por uma série de questionamentos e debates constituintes do Movimento de Reconceituação, vivenciado através de momentos importantes que são divididos em vertentes: a Perspectiva Modernizadora que visa modernizar, ainda que mantendo traços do tradicional e adequando as ações profissionais ao desenvolvimento do capital; a reatualização do conservadorismo que vem propor um retorno as bases tradicionais, com o intuito de atualizá-las, conferindo a estas, uma base científica; até chegar a intenção de ruptura que marca o momento de crítica ao Serviço Social Tradicional, a negação do conservadorismo, do funcionalismo e da perspectiva modernizadora.

Contudo, infere-se que o Movimento de Reconceituação na busca de criar uma nova abordagem para a profissão, que supere o Serviço Social Tradicional, proporcionou uma aproximação com as bases teóricas críticas e um maior reconhecimento profissional.

1.2 GARANTIA DE DIREITOS X REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO: IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

As três últimas décadas denotam a denominada, contemporaneidade, que consiste em um contexto marcado por uma série de transformações societárias que passam a modificar a forma de sociabilidade dos cidadãos, trazendo reflexos para o âmbito econômico, político, social, cultural, ideológico e, consequentemente, para atuação profissional dos assistentes sociais.

Advindas de uma maior expansão do capitalismo, um conjunto de refrações acomete a sociedade, uma vez que esse modo de produção impõe aos seres humanos uma série de necessidades a serem supridas para que a existência destes seja legitimada, através dessas imposições e do caráter de alienação do capital, vivencia-se o apego ao dinheiro, ao lucro, a defesa da propriedade privada e do incentivo ao individualismo.

> Obscurece as cicatrizes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital, que Marx denomina de capital fetiche. A relação social está consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas na sua forma sem conteúdo. (IAMAMOTO 2008, p. 93)

No contexto do capital, as relações construídas socialmente pelos indivíduos dão lugar a emergência da produção e reprodução de mercadorias, de objetos efêmeros que podem ser facilmente substituídos em detrimento dos avanços tecnológicos e com a finalidade de gerar lucros cada vez maiores, contribuindo para o que Iamamoto (2008) vem descrever como banalização do humano, reificação do trabalho, das relações sociais e do próprio ser humano em mercadoria sob o qual pode ser acrescido valor.

Nesse sentido, as relações sociais, cercadas pelas exigências do sistema capitalista, passam a estar imbricadas de necessidades individualistas, e principalmente, imediatas, interferindo diretamente na forma de agir, pensar e na própria legitimação do indivíduo socialmente, e é com a propagação da sua ideologia, buscando destituir pensamentos distintos através do discurso de universalidade, que o capital busca manter a sua hegemonia e reproduzir cidadãos alienados aos seus interesses.

Entretanto, para o modo de produção capitalista não recair em crises que fragilizem a sua vigência em sociedade e assim manter-se hegemônico, este se submete a constantes modificações e reinvenções. E é nesse sentido que se institui a ideologia neoliberal, que vem propor uma nova visão para a economia, bem como novas formas de intervenção no trato da questão social, a fim de resguardar o padrão de acumulação do capital.

> A espinha dorsal do neoliberalismo consiste no processo de desregulamentação do Estado, no tocante a sua não intervenção na economia, bem como na desresponsabilização para com as políticas públicas, uma vez que estas são "acusadas", pela ideologia neoliberal, da crise do "Estado-de-Bem-Estar-Social" ou Welfare State. A crise do capital, expressa nas crises do Wellfare State e no modelo de produção fordista-taylorista-Keynesiano, vai engendrar a necessidade não só de novos mecanismos de dominação "no campo, para a reprodução do capital, mas também de socialização de novos valores e novas regras de comportamento" (M Cisne - V Colóquio Marx e Engels, 2002, p. 2-3).

Dessa forma, o pensamento neoliberal traz como elemento imprescindível, não o Estado, mas o mercado como regulador das relações em sociedade, além da privatização da coisa pública, uma vez que, neste se apregoa a participação do Estado como fator negativo para o capital, pois oferece riscos no equilíbrio das contas públicas. Assim, vivencia-se o destaque do econômico com relação ao social, o incentivo a ascensão pessoal por meio da meritocracia, acarretando em relações sociais baseadas na competição entre os próprios indivíduos em detrimento da busca por condições favoráveis para a obtenção da riqueza ou até mesmo para a garantia do mínimo para a sobrevivência.

> Sob a perspectiva neoliberal em total desprezo aos preceitos do Estado Social e, por sua vez, no enfrentamento a questão social, dissemina-se a "doutrina do Estado mínimo" e a orientação das políticas sociais estatais é significativamente alterada. Empreendeu-se uma tendência de privatizações e um movimento de desresponsabilização estatal via terceirização e/ou mercantilização de políticas e serviços sociais. O Estado torna-se financiador dos espaços privados em detrimento do público. Tal instância se desresponsabiliza frente às expressões da "questão social", transferindo tal responsabilidade ao âmbito da sociedade, delineando uma nova configuração a si e a sociedade civil em tempos de crise do capital. (SILVA, Ozileia - VII Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, 2015, p. 6)

Portanto, a implementação dessa ideologia no cenário contemporâneo, propõe a responsabilização dos próprios indivíduos pelas precariedades que vivenciam, ficando a cargo destes a promoção do seu crescimento e/ou superação. Além de propagar o incentivo a participação da sociedade civil no trato da questão social, na

perspectiva de solidariedade, visto que essa é tida como prática honrosa em meio a sociedade estruturalmente desigual vivenciada em tempos de neoliberalismo.

Nesse sentido, percebesse a destituição do conceito de equidade e igualdade no acesso aos bens e serviços, colocando em risco o sentido da própria democracia, da participação igualitária do povo na tomada de decisões de interesses público, do direito de todos a liberdade de expressão das suas vontades e inquietações, visto que a onda neoliberal propõe a substituição da ideia de igualdade pela competição, do ter para ser reconhecido em sociedade, reproduzindo cidadãos submissos a essa lógica ao passo que destitui os seus direitos sociais. O que leva a uma série de transformações societárias que impactam diretamente a realidade social dos indivíduos, em especial a classe subalterna.

Dentre as transformações societárias advindas desse cenário pode-se destacar, a privatização e terceirização dos serviços, levando consequentemente a uma flexibilização das relações de trabalho, que submete os trabalhadores a baixos salários mediante uma carga horária exaustiva; exigência de cidadãos capacitados para o exercício da sua função, podendo estes serem facilmente substituídos devido as constantes modificações tecnológicas; além da redução dos postos de trabalho, acarretando no aumento das taxas de desemprego e na formação do exército industrial de reserva, o qual invalida a luta da classe trabalhadora e dos seus sindicatos por melhores condições de trabalho, uma vez que essas lutas e reivindicações são vistas como ameaça à prossecução do ideário neoliberal e para o padrão de acumulação ampliada adotada nesse sistema. Nesse contexto, as mudanças no “mundo do trabalho” assumem patamares de ofensiva destituição dos direitos do trabalho, historicamente, conquistados, os quais são “substituídos e eliminados do mundo da produção” (ANTUNES, 2010)

Tais modificações são tomadas afim de gerar mais riqueza e assim garantir uma maior acumulação do capital tomando por base a superexploração do trabalho vivo, adotando a estratégia de redução dos postos de trabalho e do número de trabalhadores por setor ao passo que exige uma produção em larga escala em um menor espaço de tempo, para tanto, incentiva-se o trabalhador a produzir cada vez mais por meio de premiações que geram competição entre os próprios trabalhadores que passam a desenvolver suas atividades em jornadas exaustivas afim de se destacar pelo quantitativo da sua produção, o que faz com que se gaste menos com

mão de obra, e em contra partida obtenha mais lucro através do que é denominado no sistema capitalista como mais valia relativa e/ou absoluta.

Diante disso, os indivíduos se veem engessados na lógica desse sistema, que apregoa a desigualdade como fator estrutural de uma sociedade, as possibilidades de ascensão e de superação das condições de precariedade que vivenciam. Além disso, são submetidos ainda a superexploração da sua mão de obra em troca de salários ínfimos, que fazem com que mesmo aqueles que possuem o salário, em detrimento da venda da sua força de trabalho, encontrem-se em situação de pobreza.

Em meio a uma sociedade fundamentada no consumo, a classe subalterna tem os seus direitos sociais destituídos e ainda é colocada a margem sendo, muitas vezes, alvo de desmoralização e marginalização por parte da classe que detêm os meios de produção, contribuindo, em alguns casos, para aceitação das condições que lhes são impostas, e em outros gerando manifestações e lutas sociais. E assim, a reivindicação da classe trabalhadora pela garantia dos seus direitos, mais uma vez volta a ser vista como uma ameaça, gerando o que Barroco (2011) afirma como a presença de uma cultura do medo social, da insegurança, da repressão e punição dos pobres, da criminalização dos movimentos sociais, legitimação da ordem, da hierarquia, do autoritarismo, de atitudes preconceituosas e moralizantes que caem perfeitamente nesta sociedade marcada pelo uso da violência em detrimento da manutenção do poder.

A sociedade, portanto, atravessa uma nova conjuntura, que traz condições específicas desse contexto no que diz respeito a produção e reprodução do capital, impondo modernas formas de sociabilidade, levando consequentemente a uma reformulação da questão social, conforme afirma Iamamoto (2008):

> Nesse cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsiona. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e do poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. O alvo principal são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver: além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens, crianças, em especial negros e mestiços. (IAMAMOTO 2008, p. 144-145).

Compreende-se, portanto, que a questão social permanece com o mesmo sentido de expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. IAMAMOTO, (1983, p.77), o que se modifica são novas formas de expressão que esta adquire em detrimento do contexto no qual se insere, dentre as quais pode-se citar, a precarização do trabalho, o subemprego, o aumento dos índices do trabalho infantil, elevadas taxas de evasão de crianças e adolescentes do âmbito escolar e ainda o crescente número de prática violentas e discriminatórias.

Contudo, se o cenário contemporâneo implica em modificações na forma de manifestação do principal objeto de trabalho do Serviço Social, que é a questão social, consequentemente acarreta em mudanças no exercício profissional do assistente social, uma vez que gera novas demandas para a profissão e aumenta a necessidade dos sujeitos por políticas sociais, por políticas que amparem os indivíduos frente as precariedades que enfrentam.

Entretanto, frente as novas formas de expressão da questão social, o Estado tende a fazer uso do aparelho coercitivo para a manutenção da ordem, bem como da promoção de políticas públicas limitadas ao nível da seletividade, as quais estabelecem parâmetros que devem ser alcançados para a concessão dos serviços, dado os limites impostos pelo ideário neoliberal no trato com o social. Outra forma de intervenção no trato da questão social é a aliança Estado e sociedade civil em que, como descreve Iamamoto (2010), os serviços não exclusivos passam a ser transferidos para o chamado “setor público não estatal”, através do processo de publicização, e assim as fundações públicas transformam-se em “organizações sociais”, ou seja, entidades de direito privado sem fins lucrativos, fazendo emergir o chamado Terceiro Setor e as Organizações Não Governamentais – ONG’s.

Contudo, se o cenário contemporâneo implica em modificações na forma de manifestação do principal objeto de trabalho do serviço social, que é a questão social, consequentemente acarreta em mudanças no exercício profissional do assistente social, uma vez que gera novas demandas para a profissão e aumenta a necessidade dos sujeitos por políticas sociais, por políticas que amparem os indivíduos frente as precariedades que enfrentam.

Contribuindo, também, para o surgimento de novos espaços de atuação para o assistente social, dentre os quais pode-se destacar o poder executivo, em que é implementada a política de assistência social; poder judiciário, que possibilita o exercício profissional, seja nas Varas de Família, Varas da Infância e Juventude, Penitenciária, Defensoria, dentre outros que compõem o âmbito do sociojurídico; o poder legislativo, através das disposições legais; empresas privadas; Organizações não Governamentais; hospitais; escolas.

Dentro destes espaços, norteados pelo que rege o atual Código de Ética da profissão e o seu Projeto Ético Político, a função do assistente social deve estar ligada a prestar orientações e esclarecimentos para a população usuária no que diz respeitos às suas necessidades sociais e os seus direitos, sempre objetivando a viabilidade e a defesa dos mesmos, além das funções preconizadas pelo CFESS/CRESS:

> O/a assistente social atua em diversos espaços ocupacionais, nos processos de elaboração, formulação, execução e avaliação de políticas sociais, principalmente em órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Presta orientação a indivíduos, grupos e famílias e realiza estudos sociais com vistas ao acesso a bens e serviços públicos. Planeja, organiza e administra benefícios sociais, assessora órgãos, empresas e movimentos sociais. Atua na docência e realiza pesquisas e investigações científicas. Trabalha também como assessor/a em processos administrativos e judiciais com realização de avaliações, análise de documentos, estudos técnicos, coletas de dados e pesquisa. Elabora pareceres sociais, laudos, projetos e relatórios. Sua intervenção inclui ainda a gestão e direção em organismos públicos e privados. (CFESS/CRESS)

Entretanto, a regulação do Estado para com o social e a propensão a privatização dos setores públicos limita desenvolvimento das funções dos assistentes sociais dentro dos espaços de trabalho, uma vez que diante desse cenário é perceptível uma tendência a refilantropização da questão social, o que acaba por inviabilizar a promoção da igualdade e da garantia de acesso aos bens e serviços, pois visa apenas garantir o mínimo para o social, atendendo as demandas influenciados pelo senso comum, restringindo-se ao nível da lógica do mercado, das necessidades e interesses do próprio capital.

Frente a um cenário de crise econômica, política, cultural e ideológica, o Serviço Social fica propício ao retrocesso da profissão, de retomada de práticas profissionais balizadas pela perspectiva conservadora, levando ao declínio da teoria marxista, até então hegemônica, e a emergir a aproximação com que lukács (1988) vem chamar de teoria neopositivista, que propõe uma visão mecanicista da realidade,

o que aliado ao pragmatismo, o qual releva a aparência anulando a percepção da real essência dos fenômenos, provocam um distanciamento entre a teoria e a prática.

Entretanto, apesar desse estranhamento, a articulação teoria e prática consiste em fator essencial para a o desenvolvimento de uma prática de fato interventiva, uma vez que se traduz, como bem versa Forti e Guerra (2009) na busca de conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para escolha responsável do rumo que ele irá tomar, pois o Serviço Social, enquanto profissão, tanto possibilita a continuidade do modo que se encontra a sociedade como cria possibilidades para a sua transformação .

Diante disso o Serviço Social, é chamado a responder demandas emergentes, frente a um contexto que limita o pensamento crítico, impõe desafios para a reafirmação dos princípios e valores éticos adquiridos ao longo da trajetória história da profissão, que propaga como inviável a articulação das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica dado a imediaticidade das respostas às demandas. Assim, o cotidiano profissional acaba por limitar o exercício ao âmbito da aparência, não fazendo uso de mediações, o que impossibilita desvelar as reais necessidades do indivíduo. Tal postura coloca o assistente social em uma relação de estranhamento com os demandantes dos seus serviços, pois recai na execução de políticas, de práticas e ações superficiais, imediatistas e conservadoras que contribuem para a manutenção dos sujeitos submissos ao poderio do Estado.

Acarretando, no âmbito do senso comum, em uma recorrente confusão entre Assistência Social e Assistencialismo, diante de um cenário, que devido ao incentivo à práticas filantrópicas, as colocam como sinônimos, sendo que estas são definidas de maneira distintas, uma vez que a primeira, segundo o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, consiste em política pública prevista na Constituição Federal e direito de cidadãos e cidadãs, assim como a saúde, a educação, a previdência social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, constituindo-se como uma das áreas de trabalho de assistentes sociais, e a segunda está ligada a forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito.

Visando não remeter a atuação profissional a ótica do assistencialismo, faz-se necessário uma nova autoavaliação por parte do Serviço Social, afim de que esse possa se reinventar e se dinamizar para legitimar-se como profissão em um cenário tão adverso. Como bem versa Iamamoto (2010):

> [...] um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e interventivo, capaz de entender o "tempo presente, os homens presentes, a vida presente" e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (Iamamoto 2010, p.49).

Portanto, os assistentes sociais ainda que submetidos aos desafios da conjuntura contemporânea é desafiado desenvolver estratégias de ações viáveis que possibilite mudanças, se colocando contra a seletividade no acesso aos serviços, contra a apreensão fenomênica das demandas, posicionando-se em defesa de políticas democráticas e universais comprometidas com uma maior intervenção na realidade dos usuários e com a qualidade nos atendimentos a população usuária dos serviços.

O desafio do cenário atual consiste em, diante de uma sociedade estruturalmente desigual, atuar buscando a efetivação dos princípios e valores éticos, assumidos com o Código de Ética de 1993 e o Projeto Ético Político do Serviço Social, visto que assume-se um posicionamento em defesa da classe subalterna visando garantir a inclusão social, contribuir para a promoção do reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos participes na construção da coisa pública, dotados de capacidade para internalizar e compreender a realidade social e dessa forma, colaborar para a construção da autonomia e emancipação dos sujeitos, contrapondo os interesses do projeto societário hegemônico da classe burguesa. Para tanto, faz-se necessário, segundo Iamamoto (2001, p.141) "remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade".

CAPÍTULO II: A DICOTOMIA DO SER E DO DEVER SER: REFLEXOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

2.1 MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO – POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA CONTEMPORÂNEA

No tempo presente, com a vivência das inúmeras transformações societárias discutidas anteriormente, adquire significativa relevância a discursão e análise acerca dos rumos dos fundamentos ético/políticos assumidos pelo Serviço Social em meio a sociedade, em consequência do avançar da ofensiva neoliberal que direta e indiretamente coloca em risco princípios emancipatórios, bem como a perspectiva de totalidade e criticidade.

Consiste em uma conjuntura adversa, que por assim ser constituída põe em xeque a estabilidade e efetivação do Projeto Ético – Político do Serviço Social, uma vez que esse, distanciando dos interesses do capital, possibilita a categoria profissional assumir o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, a promoção da autonomia, emancipação e a plena expansão dos sujeitos, viabilizando uma aproximação, por meio de um enfoque crítico, às condições de vida e de trabalho das classes sociais, com ênfase nas classes subalternas, designado como público-alvo preferencial do trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2000).

Esses compromissos, propostos no projeto da profissão adquirem caráter de hegemonia em meio a categoria profissional através da contribuição, parafraseando Netto (2009) e de acordo com a discursão feita por Braz (2007), de elementos os quais os autores destacam: a participação e envolvimento da categoria nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBASS, além de eventos e fóruns deliberativos; também está relacionado ao vínculo que se estabelece entre projeto profissional e o projeto societário da classe trabalhadora, opondo-se ao projeto da classe burguesa e assim estabelecendo seus objetivos nas demandas, aspirações e representatividade da massa de trabalhadores brasileiros.

Outro contributo para o alcance da hegemonia foi encontrado no arcabouço teórico do Serviço Social, dentre as quais pode se destacar as legislações e resoluções do Código de Ética Profissional de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996. Diante disso, propõe-se que a legitimidade e operacionalidade do exercício

profissional dar-se-á por meio da articulação das três dimensões do conhecimento: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Nesse sentido, fica notório o antagonismo entre o projeto atualmente hegemônico dos profissionais de Serviço Social e o projeto de ideologia neoliberal que cada dia mais ganha espaço na sociedade, dado que este último opera na destituição de direitos sociais e políticos conquistados através de reivindicação dos cidadãos ao longo de toda a trajetória histórica do Brasil.

Em detrimento disso, o neoliberalismo apresenta uma visão negativa para o projeto que norteia a prática dos assistentes sociais, afirmando este como caminho para o retrocesso, como bem versa Netto (2009):

> [...] A ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arrepio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como "privilégios"), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população. Assim, a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo [...] é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de "atraso", de "andar na contra-mão da história" (NETTO, 2009, P. 18 e 19).

A verdadeira efetivação dos compromissos apregoados pelo Projeto Ético – Político do Serviço Social consiste em ameaça para a vigência da ideologia neoliberal dada a sua capacidade e propensão a desenvolver o empoderamento e autonomia nos cidadãos para que estes, amparados pelo conhecimento crítico, sintam-se sujeitos ativos no processo de construção da sua emancipação e assim possam lutar conscientemente para que os seus direitos sejam resguardados, o que choca diretamente com os fundamentos e interesses que legitimam o capital.

Entretanto, é válido ressaltar que na sociedade atual é vivenciado em grande escala um distanciamento entre categoria profissional e os compromissos éticos, resultado da crise que interpela esse cenário, através da fragilização ou até mesmo da ausência de lutas reivindicatórias e de um projeto societário que de fato represente e reconheça a classe trabalhadora, acarretando na materialização de práticas muito mais atreladas aos interesses e objetivos do capital, do que uma atuação comprometida com a efetivação dos princípios profissionais, fazendo com que a hegemonia do projeto profissional dos assistentes sociais entre em declínio, deixando assim de significar uma ameaça à ideologia neoliberal, devido não está sendo posto em prática por parte da própria categoria.

Diante desse contexto, inúmeras são as implicações que incidem sobre o cotidiano dos assistentes sociais, trazendo impactos que desafiam a materialização do projeto que objetiva representar a autoimagem da profissão, dentre os quais ganham destaque: os desmontes nos direitos trabalhistas anteriormente conquistados, ocasionando na flexibilização dos contratos de trabalho, o que também implica na incidência de assistentes sociais com vínculos temporários e/ou terceirizados; precarização dos salários, uma vez que a categoria profissional ainda não conquistou o seu piso salarial, fazendo com que alguns se submetam a salários que não condizem com a sua especificidade profissional; ademais se tem a ampliação, diversificação e complexificação das demandas, dado o acirramento das expressões da Questão Social.

Dessa forma, considerando que os assistentes sociais não possuem todas as condições necessárias para desenvolver o seu exercício profissional, e assim estando sujeito a desempenhar a sua atuação perpassada por fragilidades e limites, vivencia-se uma precarização para com a efetivação dos princípios e valores éticos no cotidiano profissional, podendo acarretar em questionamentos acerca da concretude e representatividade do projeto da categoria, da necessidade de adaptação desse para com a ideologia que se faz hegemônica, no cenário atual. Essa fragilidade inclina as ações profissionais para o nível do imediato, da aparência deslocando-se da perspectiva de totalidade firmadas através dos compromissos profissionais.

Nesse sentido, fica notório, a propensão a um resgate de práticas que retratam o tradicionalismo vivido desde a década de 1930, desenvolvido pelas damas de caridade, até meados da década de 1970 fundamentados na perspectiva neotomista e positivista. Assim, ainda que de forma reprimida, algumas ações profissionais atuais tendem a denotar traços do conservador, tendo em vista a predominância do caráter autoritário, excludente e preconceituoso que é difundido no cenário contemporâneo, tornando o conservadorismo mais uma realidade recorrente no cotidiano profissional do que um aspecto constituinte do passado histórico da profissão.

Frente as questões assinaladas acima, cabe aos assistentes sociais se apropriarem do seu projeto profissional, dos determinantes contidos neste, com vistas a compreendê-los e verdadeiramente assumir compromisso com o que é apregoado, vislumbrando os seus princípios como uma direção social para a atuação, ou seja, um norte para que, em meio as adversidades, estejam cientes sobre qual deve ser o alicerce do Serviço Social, assim, evitando ficar preso nas amarras que suprimem a

sua legitimação enquanto profissão. Caso contrário limitar-se ao ditames do neoliberal, é deixar que o seu exercício profissional seja relegado ao esquecimento e ver as suas atividades privativas serem exercida por leigos ou outros profissionais.

Guimarães e Neiva (2014) propõem uma análise em que se coaduna do pensamento da existência de um processo de inviabilização do Projeto Ético – Político do Serviço Social, tomando por base artigos produzidos por Braz e Netto (2007) e através da apresentação de condicionantes que impõem barreiras para a efetivação dos valores e princípios afirmados no projeto.

Para Braz (2007), os determinantes desse processo estão ligados a uma perspectiva mais ampla, que estes estabelecem relação direta com a conjuntura a qual se insere, nesse sentido vem argumentar através de dois elementos:

> O que põe o projeto ético-político do Serviço Social em crise é a articulação de dois problemas centrais. O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho [...]. O segundo, [...] está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil [...] as condições objetivas da profissão tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos assistentes sociais. (BRAZ, 2007)

Um prisma que evidencia a atuação dos assistentes sociais com o compromisso de promover a superação das condições impostas no sistema capitalista, ou seja, indiretamente atribui a profissão a falsa definição de “super-herói”, capaz de subverter toda a realidade que interpela a vida nessa sociedade de apego ao capital. Entretanto, o próprio autor já se antecipa em destacar a existência de limitações para o alcance de tal postura, uma vez que a superação do capitalismo pressupõe a implementação do socialismo, um sistema político/econômico através do qual se acreditava proporcionar a existência de uma sociedade de fato igualitária, mas que de acordo com os antecedentes históricos do Brasil está mais associado a crise do que aceitação e promoção de igualdade.

Enquanto Netto (2007), apresenta a sua argumentação mais atrelada a questões, posicionamentos e atribuições que estão sendo aderidas ao Serviço Social no cenário atual, para tanto, subdivide os seus determinantes em dois níveis:

> O primeiro deles refere-se aos “objetivos e funções” profissionais. O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido internacional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial

> [...]. Se é preciso afirmar que, num país como o Brasil, onde a “dívida social” é insuportável, a assistência é compulsória, é igualmente necessário afirmar que a redução do Serviço Social à “profissão da assistência” configura uma enorme regressão. [...] O segundo nível em que se inviabiliza o “projeto ético-político” é o que se refere aos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício – está claro que aqui se insere, entre outros componentes toda a problemática da formação profissional. Ora, visivelmente desde 1998, a agressiva política neoliberal do Ministro Paulo Renato – expressa nas práticas de “desregulamentação” e de “flexibilização” da educação superior – opera para degradar e aviltar a formação profissional (NETTO, 2007, p. 38-39).

Os referidos autores, concordam com a reflexão que apresenta uma percepção limitada para o fazer profissional dos assistentes sociais, de perca, ao longo do decurso histórico, da capacidade crítica e política, além de afirmar a inviabilização da efetivação dos valores e princípios que a profissão se propõe a resguardar, inserindo-a em um contexto em que se visualiza apenas corriqueiras restrições para a atuação, o que acaba por incentivar a retomada de práticas profissionais com cunho caritativo ao contrário de ações estratégicas visando a promoção de direitos.

Contudo, na contramão dessa visão determinista e delimitada que denota uma realidade adversa de inserção do Serviço Social, pode-se afirmar a existência de condicionantes que ultrapassam a percepção anteriormente proposta, que sejam capazes de promover a materialização dos compromissos firmados no projeto ético-político da categoria, uma vez que consideram essa efetivação como um desafio, mas o veem como um obstáculo que pode ser enfrentado e resistido, consequentemente incutido de viabilidade e não impossibilidades.

O Projeto Ético Político do Serviço Social afirma a necessidade de profissionais propositivos, capazes de compreender e articular as dimensões três dimensões: Ético - Político, na busca afirmar o compromisso com a classe trabalhadora e com a defesa intransigente dos Direitos Humanos; Teórico Metodológico promovendo uma aproximação teórica crítica; e Técnico Operativo que está relacionado ao fazer, a prática propriamente dita. Entretanto, verifica-se uma massificação do ensino, que promove uma desqualificação profissional reproduzindo profissionais com dificuldade de compreensão dessa articulação das três dimensões, recorrendo a práticas limitadas ao conservador, a benemerência e ao caritativo, inviabilizando a efetivação dos compromissos éticos assumidos.

Essa massificação do ensino, ao passo que facilita o acesso de um grande contingente de pessoas ao ensino superior, também provoca a emergência de um interesse acadêmico que vai para além de uma valorosa qualificação profissional e

que está bem mais atrelada ao quantitativo de notas e reprodução de conceitos, contribuindo, no Serviço Social, para a gerar profissionais meramente operativos, e assim dizimando o ensino que através do estudo da Economia Política, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, além da Psicologia, Antropologia, Direito, Pesquisa, Política Social, Fundamentos do Serviço Social (conforme preconizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), objetiva a formação de profissionais críticos e propositivos.

Um dos mais impactantes reflexos do processo acima mencionado, consiste na educação à distância, que apesar das suas fragilidades vem ganhando cada dia mais espaço e aceitação em meio a sociedade, gerando desqualificação da formação profissional, tendo em vista que o ensino apresenta a ausência de elementos considerados essenciais pela Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, dentre os quais pode-se destacar a ausência do fundamental tripé ensino, pesquisa e extensão, a inserção em movimentos sociais, além de apresentar caráter duvidoso no que diz respeito ao estágio obrigatório, bem como as condições em que se realizam a supervisão acadêmica e de campo. Configurando-se, portanto, em uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão, um vez que se não é garantida uma formação crítica, abrem-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e tende a reforçar uma visão que remete ao conservadorismo (CHAGAS, 2016, p. 49).

A precarização do processo formativo pode ser analisada tomando por base a pesquisa realizada por Iamamoto (2009), os quais demonstram o avançar do ensino à distância através dos elevados índices.

> Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) em março de 2007, o país tinha 253 cursos de graduação em Serviço Social (incluindo os cursos presencias e à distância). [...] Os 06 primeiros cursos de graduação a distância autorizados e em funcionamento, já eram responsáveis, em março de 2007, por 9 760 vagas informadas, o equivalente a 30% das matrículas, [...], permitem afirmar que, mantida essa oferta (o que é certamente uma projeção acanhada ante a tendência de expansão do ensino a distância – EaD) a partir de 2010, só o EaD irá lançar diplomar e lançar no mercado cerca de dez mil profissionais por ano (IAMAMOTO, 2009, p. 35 e 36).

Em detrimento do alargamento de um ensino que demonstra deficiência e desqualificação profissional, se tem a tendência do crescimento de uma categoria despolitizada e acrítica, que por possuir essa característica, consequentemente, contribui com a retomada de práticas caritativas no desenvolvimento da sua atuação.

Estimulando, segundo Iamamoto (2009), a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais, além do reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”, em função do isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária.

Desse modo, se por um lado é difundido o discurso de um Serviço Social concomitante com o voluntariado, com o conservador e com o ideário do capital, torna-se evidente as dificuldades de efetivação e materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, como também as ameaças de surgimento de um projeto profissional com direção totalmente antagônica aos compromissos do projeto atualmente hegemônico.

Colocando em xeque o desafio de viabilizar ações na direção da materialização do Projeto Ético político do Serviço Social em meio a tantas contradições e impasses que perpassam o cenário contemporâneo e consequentemente o cotidiano profissional, uma vez que se as demandas que se apresentam aos assistentes sociais constituem totalidades saturadas de determinações, então seu trato deve estar para além de ações imediatas, instrumentais ou manipulatórias, elas implicam em intervenções que se inscrevem nos campos dos valores éticos, morais e políticos, além de ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teóricos metodológicos e princípios ético-políticos (GUERRA, 2000).

Nesse sentido, a materialização do projeto do Serviço Social está atrelada a necessidade de um profissional propositivo e interventivo que de fato assume o compromisso com o respeito e qualidade nos serviços prestados aos usuários, pautado na garantia dos direitos destes. Uma postura, que em meio à todas as contrariedades que inviabilizam o seu desenvolvimento, tem como dever encontrar brechas para se firmar.

Deve se levar em consideração que o Serviço Social já vivenciou em seu passado histórico, desafios que inviabilizavam a sua legitimação e que mesmo assim foram ultrapassados, através de todo o processo do movimento de reconceituação, que proporcionou a profissão uma série de conquistas éticas, além do seu reconhecimento e relevância enquanto profissão. Sendo assim, o cenário atual apesar de impor dificuldades à materialização não a impede, cabe aos assistentes sociais buscarem possibilidades em meio a todas as impossibilidades colocadas ao exercício

profissional, não se limitando a postura de negativismo das condições em que se insere a profissão, para justificar a retomada do conservador e de ações paliativas.

Para tanto, a reafirmação e efetivação do projeto constitui, como fora anteriormente discutido, um desafio não exclusivo dos assistentes sociais, depende também da formação universitária, organização e mobilização da categoria, além do comprometimento destes com os valores da profissão, através da qual promoverá a propagação do posicionamento crítico e político, proporcionando aos profissionais desenvolver a sua autonomia e de fato serem interventivos na realidade dos seus demandantes.

2.2 LEGITIMIDADE PROFISSSIONAL: A EFETIVAÇÃO DA AUTONOMIA E INTERVENÇÃO NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Os compromissos éticos assumidos pelos assistentes sociais no seu projeto ético-político, no Código de Ética de 1993, bem como na Lei de Regulamentação da Profissão, coloca em voga a necessidade de profissionais críticos, propositivos, que fundamentados em princípios éticos estejam comprometidos com a garantia de acesso aos direitos sociais.

Entretanto, uma atuação com essa perspectiva só pode ser concretizada a partir da efetivação da autonomia e da intervenção profissional, pontos que devem ser considerados como elementos basilares do exercício profissional, mas que no cenário atual, não encontram terreno fértil para se sedimentarem, tendo em vista o avançar neoliberal e todos os desmontes que dessa ideologia se originam, provocando uma série de delimitações para a profissão.

Ao analisar o cotidiano profissional, pode-se concluir que o principal campo de atuação e intervenção dos assistentes sociais está situado no âmbito das políticas sociais, uma vez que a formulação, gestão e execução dessas políticas consiste em peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão (MIOTO; NOGUEIRA 2012).

Geridas pelo Estado, as políticas sociais, inseridas na ampla gama de políticas públicas, como: saúde, educação, cultura, moradia e assistência social; são constituídas de interesses extremamente distintos, uma vez que o agente gestor tem

por dever representar tanto a classe burguesa como também a classe proletária. Com base nisso, as políticas sociais podem ser definidas como:

> [...] Produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania. [...] Ademais, ela é identificada como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua (POTYARA 2008, p. 166).

Nesse sentido, é com o Estado que o Serviço Social estabelece maior vínculo empregatício, uma relação conturbada e antagônica visto que, no cenário atual, sendo adepto da ideologia neoliberal, desenvolve políticas públicas com caráter burocrático e regulador, sob a égide do que designa a teoria do estado mínimo, tende por vezes a dificultar o acesso aos bens e serviços, utilizando da ferramenta da seletividade para delinear esse acesso, o que vai de encontro com a perspectiva dos assistentes sociais de atuar na democratização do acesso e socialização de informações para com os sujeitos que demandam os seus serviços.

Ao estabelecer essa relação com o Estado, o assistente social se insere na classe de trabalhadores assalariados pois, assim como os demais, não possuem todas as condições necessárias para o desenvolvimento do seu exercício, ao passo que também se legitimam como profissionais liberais, ou seja, aqueles legalmente habilitados a prestação de serviços de natureza técnico-científica com a liberdade de atuação e desenvolvimento de ações asseguradas pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente de vínculo de prestação de serviços, de acordo com o que define a Confederação Nacional de Profissionais Liberais – CNPL.

Revelando, para os assistentes sociais, um campo de atuação que constantemente se ver polarizado entre as exigências do órgão empregador e as normas, compromissos e valores que norteiam a profissão, uma vez que são impostas requisições institucionais que andam na contramão dos objetivos do Serviço Social, através dos seus projetos e perspectivas que divergem, visto que de um lado se tem necessidades efêmeras e imediatas que limitam as respostas a aparência das demandas e de outro a necessidade de compreensão da totalidade para uma intervenção que signifique mudanças na realidade vivenciada pelos sujeitos, por meio da garantia dos seus direitos, consequentemente ocasionando na fragmentação do exercício profissional é fragmentado.

É frente a esse cotidiano fragmentado que o assistente social deve exercer a sua autonomia, com vistas a efetivar um exercício profissional que garanta aos seus demandantes a qualidade nos serviços que são prestados, visto que a essa autonomia do profissional de Serviço Social consiste em um direito garantido no artigo 2° do Código de Ética de 1993, em que se afirma: “ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigatório a prestar serviços profissionais incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções.”

Portanto, o conceito de autonomia empregada ao exercício da categoria está para além da mera autorização para o desenvolvimento de suas funções, como é comumente confundido, mas se constitui como um direito, e necessariamente, um dever dos assistentes sociais desempenhar a sua atuação por esse viés, pois cabe ao profissional, e jamais aos órgãos empregadores, analisar os determinantes que irão balizar a sua intervenção, ademais deve, obrigatoriamente, estar pautado na defesa dos interesses da coletividade, condição que independe do setor de atuação.

> Desta forma, não pode haver qualquer interferência técnica no trabalho realizado pelo assistente social, trabalhando este na qualidade de empregado, contratado, concursado, ou sob qualquer outra modalidade. É o assistente social que dentro do seu leque de atribuições elegerá os métodos, instrumentos e técnicas que se utilizará para intervir em qualquer situação profissional (CFESS, 1999).

A referida percepção, incita a categoria a desenvolver uma perspectiva crítica, a exercer sua atividade profissional pautada em uma autonomia que lhes condiciona a se comprometer verdadeiramente com a intervenção nas demandas que são postas, através de uma atuação que venha a despir estas de mediações com vistas a conhecer a realidade que interpela a vida do indivíduo, família ou comunidade em geral, possibilitando a construção de ações estratégicas para cada situação.

Uma perspectiva que, como afirma Simões (2012), diverge do que é apregoado em tempos de neoliberalismo, em que se adota uma outra concepção de autonomia, despolitizada, com base, muitas vezes, em preceitos do senso comum e que não se preocupa em estabelecer vínculos e nem ao menos representar nenhum compromisso com o interesse coletivo. A preocupação que se tem aqui é apenas o desenvolvimento das funções, o quantitativo de usuários que são atendidos e não a qualidade de intervenção em cada atendimento, levando corriqueiramente a realização de atividades que impõem preceitos morais sob suas vivencias e que em nada contribuem para a modificação de sua realidade.

Nesse sentido, a visão acima descrita estabelece um distanciamento do que rege as competências e atribuições privativas do assistente social, fragilizando a formação uma vez que tanto leigos como profissionais de outras áreas sentem-se aptos a desenvolver ações com esse viés. Ademais o incentivo a promoção do individual como prática nobre em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade social, viabiliza o aumento de entidades com fins filantrópicos e caritativos, o que acarreta ainda mais na precarização do mercado de trabalho da categoria.

Torna-se, portanto, indiscutível que é por meio do exercício da autonomia, na qualidade de concepção que resguarda os compromissos e competências profissionais estabelecidos no seu arcabouço jurídico, que se possibilita a garantia do acesso aos bens e serviços, além de proporcionar o reconhecimento e a legitimidade enquanto profissão ética e política.

Entretanto, vale ressaltar que a condição de assalariado, por vezes chega a inviabilizar a concretização da autonomia, propriamente dita, ao submeter os profissionais a todas as precariedades que são impostas nesta relação trabalhista:

> (...) envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho se realiza: [...] Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoantes as normas que regulam o trabalho coletivo. [...] Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, o quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO 2011, p. 218-219).

Dessa forma, ao estabelecer vínculo com o profissional de Serviço Social como trabalhador assalariado, o órgão empregador ver-se no direito de intervir nas atividades a serem desempenhadas por este, estabelecendo metas, período de realização e até sugerindo medidas que podem ser tomadas, objetivando que estas estejam de acordo com os seus interesses. Postura que vai de encontro com as normativas da profissão, uma vez que, como foi afirmado anteriormente, é atividade privativa do assistente social estabelecer os parâmetros da sua intervenção.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2017), práticas que demostram ausência de criticidade, apego a crenças e preceitos morais estão cada dia mais recorrentes no fazer profissional, as quais são identificadas devido ao

caráter conservador e até mesmo policialesco estar cada vez mais presente. Além disso, identifica a emergência por respostas profissionais robotizadas, reduzidas a dimensão criativa, ou seja, profissionais polivalentes aptos para o preenchimentos de fichas, para fazer triagem, e outros processos burocráticos que alimentam o esgotamento profissional.

Consequência de um cenário de novas funções e requisições que passam a ser designadas ao assistente social, em trabalhos tais como: classificação socioeconômica dos usuários dos serviços, organizador ou assessor de grupos de trabalho, promotor de ações tendentes a conseguir recursos da própria comunidade, união entre a comunidade e o Estado, para agilizar a prestação de serviços e para explicar a legislação e o funcionamento dos programas, executor de tarefas, culturais e recreativas, articulador das relações humanas, etc., e ainda, em certos casos, na verdade poucos, é o distribuidor de alimentos e ocupações desse gênero (SANTOS 1993). Requisições que podem acarretar em uma visão determinista do fazer profissional, incapaz de estabelecer relação entre os fundamentos teóricos e a atuação prática, levando a propagação do falso dilema de “na prática a teoria é outra”, o que acaba por distanciar de uma atuação com finalidade de fato interventiva, estando cada vez mais atrelada ao efêmero, a enquadrar os sujeitos, quantificar e determinar a realidade a qual vivenciam, além do desenvolvimento de práticas com caráter filantrópico.

Nessa perspectiva, a atuação dos assistentes sociais, além de estar sujeita a alienação do mundo precarizado do trabalho, ao desemprego e a flexibilização dos vínculos trabalhistas através de cargos comissionados e/ou temporários, também encontra limitações nos ditames institucionais. Entretanto, apesar dos impasses encontrados e dos interesses divergentes que cercam o fazer profissional, é norteado e comprometido com os valores e princípios éticos instituídos pela profissão, que se tem possibilidades para superar as condições que subordinam o exercício dos assistentes sociais ao conservador e a mera execução de interesses do capital.

Diante disso, vale ressaltar a relevância da articulação entre o arcabouço teórico que norteia a profissão e o cotidiano profissional, evidenciando uma relação teoria e prática, por meio da qual se torna possível a compreensão das demandas para além da aparência fenomênica, o que diretamente contribui para a negação de práticas ausentes de criticidade e de perspectiva ética, teórica e política, visto que o distanciamento entre estes acarreta na propagação da afirmativa: “na prática a teoria

é outra”. Uma percepção do senso comum, que ao enveredar por esse viés estabelece parâmetros de dificuldade e até mesmo chega a inviabilizar a materialização da atuação e da proposição de ações que estejam fundamentadas nos preceitos éticos do Projeto Ético – Político do Serviço Social e no seu código de ética profissional.

Entretanto, conforme preconizado no Código de Ética de 1993 e de acordo como o pensamento de Netto (1996), frente as transformações societárias em curso no cenário contemporâneo, das demandas do mercado de trabalho e da cultura profissional, o exercício dos assistentes sociais não se deve restringir as exigências institucionais, fazendo necessário abster-se de práticas que se opunham aos compromissos firmados pela categoria, seja a censura, o cerceamento da liberdade ou policiamento dos comportamentos, denunciando a ocorrência aos órgãos competentes, além de buscar refletir acerca da totalidade das requisições que lhes são postas, atendendo as exigências que demandam os seus serviços, porém com a finalidade de formular respostas de cunho propositivo e que possam intervir na realidade que se insere, de forma a legitimar a profissão.

O processo de intervenção se consolida através da compreensão e reconhecimento das expressões da questão social enquanto elemento propulsor do exercício profissional dos assistentes sociais, promovendo a crítica e o real desvelamento dos condicionantes históricos, econômicos, culturais e/ou sociais que perpassam a cotidianidade dos demandantes dos seus serviços.

> A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, pg.18).

Possibilitando a ruptura com a perspectiva caritativa e tecnicista da profissão, que desenvolve ações limitadas a atender as requisições do capital e dos órgãos empregadores, criando viabilidade para os assistentes sociais legitimarem, nos seus mais diversos campos de atuação, um Serviço Social ético e político, por meio do desenvolvimento de um exercício profissional articulado com setores, serviços e profissionais da rede multidisciplinar.

Nessa perspectiva, de acordo com Forti e Guerra (2009) é fundamental estabelecer conexão entre os conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos, para enfrentar o desafio de materializar o projeto da categoria e, então, promover respostas qualificadas e possibilidades interventivas. Ressalta-se, assim, a importância da compreensão e associação da teoria com a prática, uma vez que a teoria, por si só, não é capaz de processar qualquer alteração na realidade concreta, fazendo necessário aproximá-la da prática para obter atividade efetiva que permita transformação na realidade natural ou social dos sujeitos demandantes, uma atividade que torne-o capaz de refletir sobre suas ações e revelações acerca da realidade vivenciada.

Dessa forma, é o exercício da autonomia, por meio da compreensão do vínculo existente entre teoria e prática, e a partir da articulação das três dimensões do conhecimento – ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa – que possibilita ao assistente social uma visão de totalidade, capaz de desvelar os fenômenos que perpassam as demandas dos usuários, despindo estas de mediações e assim, promovendo uma atuação interventiva que está para a além da aparência, ao passo que contribui para a promoção da proteção social e da emancipação destes sujeitos, garantindo o acesso aos direitos sociais conforme preconizado nos princípios do Projeto Ético – Político do Serviço Social, consolidado no Código de Ética de 1993.

CAPÍTULO III: AS PERCEPÇÕES DOS COMPROMISSOS ÉTICOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O presente estudo faz uso da pesquisa descritiva e explicativa com a finalidade de analisar os compromissos éticos assumidos pelos assistentes sociais no seu Projeto Ético-Político, bem como a sua materialização no cotidiano profissional. Apresentando ainda um enfoque exploratório na perspectiva de compreender a percepção desses profissionais a respeito da viabilidade da materialização dos seus princípios éticos diante das contradições que se apresentam no cenário contemporâneo.

> Há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (Gil 2008, p. 28).

Visando alcançar tais objetivos, foi realizada sucessivas aproximações com a temática utilizando o recurso da pesquisa bibliográfica através de livros, teses, dissertações e periódicos que permitem analisar o que já se compreende acerca do assunto, bem como faz uso da pesquisa de campo com a finalidade de, através da seleção de um grupo de assistentes sociais, ressaltar a visão destes acerca das tendências éticas do Serviço Social diante de um contexto adverso.

Para tanto, optou-se pela aplicação de questionário como instrumento de pesquisa, uma vez que essa técnica, através das questões apresentadas as pessoas, tem como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas (Gil 2008, p.121). Além da maior facilidade de aplicação e alcance de respostas do público alvo e a preservação do anonimato dos respondentes.

O estudo é de natureza essencialmente qualitativa visto que não se objetiva enumerar dados, mas que está relacionado a análise descritiva de uma situação em determinado espaço de tempo e/ou conjuntura, inserindo-se, assim, no âmbito da subjetividade, o que permite a aproximação e interação do pesquisador com a realidade estudada a fim de compreender as suas particularidades.

Em vista disso, fez-se uso do método crítico dialético, que em vista disso, fez-se uso do método crítico dialético, que possibilita a compreensão do trajeto histórico do fenômeno e a sua relação com outros fenômenos, de maneira a perceber seu processo de transformação, suas contradições e potencialidades, além de considerar a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; e ainda de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem o objeto de estudo (MARX; ENGELS, 2007). Tonando possível a análise dos compromissos éticos a partir de uma perspectiva de totalidade, de compreensão das constantes transformações ao longo do decurso histórico da profissão, proporcionando a investigação acerca das mais distintas percepções dos valores e princípios éticos frente a cada contexto o qual se insere.

A realização da análise se deu no órgão gestor da Política de Assistência Social/SEDEST em alguns de seus equipamentos, devido ao setor de realização do estágio obrigatório estar inserido nesta política, além de se levar em consideração que esta consiste em uma política social de atuação dos assistentes sociais que apresenta o maior número de demandas e um elevado contingente de usuários atendidos, como também por apresentar dentre os seus objetivos a intervenção nas adversidades que interpelam a vida dos sujeitos, seja na individualidade, no grupo familiar ou na comunidade em geral, a fim de lhes garantir a proteção social, através de serviços, programas, projetos e ações, o que demonstra uma estreita relação com os compromissos apregoados no projeto ético-político da profissão.

> A assistência social que, de acordo com o art. 194 da Constituição Federal de 1988, passa a constituir com a saúde e a previdência o sistema de Seguridade Social brasileiro, paradoxalmente é fortalecida no processo da Reforma do Estado nos anos 1990, como principal estratégia de enfrentamento das desigualdades e controle da pobreza; [...] amplia o espaço do exercício profissional do assistente social, com a elevação da demanda para a atuação desse profissional em todos os níveis de gestão da atual política de assistência social. Essa ampliação do espaço do trabalho profissional avança principalmente no municípios através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), por força da NOB-RH-SUAS/2006 que estabelece a inserção do assistente social na composição das equipes de referência para o trabalho “na organização e ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial (BRASIL, 2006, P. 23).

Ademais, levou-se também em consideração que a referida política tem o seu passado histórico marcado pela benemerência e o assistencialismo, tornando pertinente, frente a um cenário de tendências a retomadas do caráter filantrópico, reanalisar o posicionamento e a percepção profissional nesse âmbito, uma vez que a retomada do caritativo tem impactos diretamente nos princípios da política, reverberando consequências para a autonomia e intervenção dos assistentes sociais, podendo estes ter destituídas as suas atividades privativas ou até mesmo o caráter de profissional de referência dessa política, que se tem atualmente. Reflexos negativos também recaem diretamente para os usuários demandantes dos serviços socioassistenciais, visto que tal postura pode acarretar na moralização e/ou promoção de ações que provoquem dependência destes sujeitos à serviços e não a sua emancipação.

Em vista disso, o universo da pesquisa é constituído por assistentes sociais que atuam em setores de extrema relevância e significado para a composição da política de assistência no município de Juazeiro do Norte - CE: A Vigilância Socioassistencial, que tem em seu universo 2 assistentes sociais, sendo a amostra da pesquisa constituída por 1 profissional; O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS que contém entre a sua equipe 4 assistentes sociais, e 3 destas constituem a amostra do presente estudo; O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS que conta com 7 profissionais de Serviço Social na sua rede de atendimento, para a pesquisa a amostra conta com 5 destes; o Centro de Referência da Assistência Social – CRI constituído por 1 assistente social a qual participa da amostra do estudo; e O Centro POP que apresenta em seu corpo profissional 3 assistentes sociais, em que destes 2 fazem parte da amostra. Vale ressaltar que a amostra é composta apenas por 12 assistentes sociais de um universo que contempla 17, pois somente parte dos profissionais se disponibilizaram a responder as perguntas propostas em questionário.

Optou-se pela Vigilância Socioassistencial, tendo em vista que esta é desenvolvida com o objetivo de fornecer informações sobre as demandas para conhecer melhor a realidade e necessidade do público alvo, bem como na análise da qualidade dos serviços e capacitação da equipe técnica para suprir as demandas e identificar as situações de risco, vulnerabilidade e os seus desdobramentos no território buscando intervir e/ou preveni-las;

O CRAS, por este ser caracterizado como porta de entrada da população a Assistência Social e por estar inserido nas áreas que demonstram os maiores índices de vulnerabilidade e risco social. E, mais especificamente, delimitou-se ao CRAS Triângulo, devido este, dentre os dez CRAS atuantes no município, apresentar um território de maior abrangência, sendo constituído por seis bairros: Triângulo, Antônio Vieira, Cajuína São Geraldo, Santa Tereza, Salesianos e Santo Antônio;

O CREAS, por ser o responsável por coordenar e ofertar serviços especializados e continuados de proteção a famílias e indivíduos com direitos violados, dentre elas: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, vítimas de violência física, psicológica ou sexual, indivíduos em situação de rua e trabalho infantil.

O Centro de Referência do Idoso, que tendo por público alvo pessoas acima de 60 anos, objetiva a superação de situações de abandono, violência e/ou negligência, além da promoção da autoestima e do autoreconhecimento destes, a fim de desenvolver o seu envolvimento e participação através de atividades individuais e em grupos.

E o Centro POP, devido o desenvolvimento das suas atividades impactar de forma significativa a vida de um grande quantitativo de moradores de ruas, significando referência para jovens, adultos, idosos e famílias que não possuem moradia digna, por meio de ações que objetivam promover o incentivo ao reconhecimento e participação enquanto cidadãos dotados de capacidades e direitos sociais.

3.2 O PROJETO ÉTICO – POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO COTIDIANO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social organizada pelo denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS e compreendida enquanto direito social garantidos nos artigos 203 e 204 da Constituição Feral de 1988, consiste em um dos principais palcos de atuação do assistente social estando subdividida em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Tem por objetivo o desenvolvimento de ações estratégicas de enfretamento as expressões da Questão Social de forma a promover mudanças nas regiões mais vulneráveis, intervindo no território onde os sujeitos residem, considerando suas demandas e necessidades (MDS 2000).

Entretanto a historicidade da Política de Assistência Social denota um contexto desconexo da definição afirmada acima, uma vez que tem o seu passado marcado por ações de cunho caritativo, através da benemerência das damas de caridade e de instituições como Legião Brasileira de Assistência – LBA, FUNRURAL e a Fundação Nacional para Bem-Estar do Menor – FUNABEM, além do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, os quais tinham o seu desenvolvimento atrelado ao caráter assistencialista e filantrópico, atribuindo a Questão Social a definição de “ajuda aos mais pobres”, uma ajuda pontual e necessariamente emergencial, desenvolvida em forma de benesse e de dependência, sem nenhuma perspectiva de direito e muito menos de emancipação, sendo esta de responsabilidade muito mais da sociedade civil do que do próprio Estado.

É somente em 1988 com a promulgação da Constituição Federal que a Assistência vai deixando de lado esse caráter de “ajuda aos mais pobres” e adquirindo a perspectiva de direito social, levando os indivíduos a serem reconhecidos como cidadãos detentores de direitos, em que cabe ao Estados garanti-los e resguarda-los. Conforme afirmou José Paulo Neto (MPAS,1998), durante sua palestra na II Conferência Nacional de Assistência Social:

> Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social (Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997)

Dessa forma, a partir da Constituição de 1988 passa a ser inteiramente de responsabilidade do Estado a proteção social de riscos e vulnerabilidade sociais como direito universal, que diferentemente da previdência, essa proteção independe de contribuição por parte do indivíduo, constituindo como dever do Estado custear e garantir o acesso a esse direito a quem dele necessitar.

Posteriormente, para regulamentar a Assistência Social como política pública é aprovada, em 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência – LOAS, já fundamentada em uma perspectiva crítica e nos princípios, valores e compromissos do Código de Ética de 1993 e do Projeto Ético – Político do Serviço Social, apresentando como principal objetivo romper de vez com as atividades filantrópicas. Além dessa, com o perpassar dos anos, vem ser aprovados aparatos legais

desenvolvidos com o objetivo comum de normatizar a política para que esta enverede por vias éticas, de verdadeiro comprometimento com a garantia dos direitos sociais, dentre os quais pode se destacar:

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, tornada púbica no ano de 2004, designada para instituir regras para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os três entes federados: União, Estados e Municípios, como também criar medidas a serem seguidas para traçar estratégias de atuação frente as desigualdades sociais, atuando diretamente nas situações de risco e vulnerabilidade social para a garantia dos direitos sociais, sendo da sua responsabilidade a abrangência das demandas da sociedade no que diz respeito a Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado em 2003 e considerado um significativo avanço para a Política de Assistência Social por viabilizar uma gestão descentralizada, tornando possível quatro tipos de gestão, distribuída entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, em que cada um desses vai exercer sua função e responsabilidades no que se refere a sua competência. Tem por objetivo o enfretamento das expressões da Questão Social através de programas, serviços, benefícios e projetos, na perspectiva de garantia da proteção do indivíduo com direito seu constituído em lei.

E as Normas Operacionais Básicas, que são divididas em NOB/SUAS e NOB/RH, em que a primeira vem regulamentar os princípios do SUAS, que são a universalidade, pois deve ser prestada a quem dela necessitar; gratuidade, não sendo necessário nenhum tipo de contribuição para ter direito a essa; integralidade da proteção social, abrangendo através de programas e serviços a demanda da sociedade; intersetorialidade, atuando conjuntamente com a rede socioassistencial como também com outras políticas, como saúde, educação; e equidade, no que diz respeito à igualdade no acesso; e a NOB/RH com o objetivo de orientar os equipamentos da rede, bem como os seus gestores e trabalhadores, trazendo para a Política da Assistência uma atuação mais profissionalizada.

Entretanto, na contemporaneidade, o próprio Estado opera na desregulamentação da referida política e de forma indireta dos direitos sociais, uma vez que através do discurso de privatização, publicização acaba por dificultar o acesso dos cidadãos ao seus direitos, através da seletividade no acesso aos serviços, sem contar com a propagação do ideário de solidariedade através do qual tende a repassar

a sua responsabilidade para a sociedade civil e para o terceiro setor, destacando o voluntariado como atividade nobre no cenário atual, fazendo com que a população e até mesmo parcela dos profissionais adote essa ideia e passe a desenvolver seu exercício profissional alinhado com essa perspectiva, fazendo ressurgir características do filantrópico na profissão.

Frente a uma conjuntura, que de acordo com Behring (2009), insere a Assistência Social no cenário da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho. Tornando extremamente relevante ressaltar, que a defesa e luta da categoria profissional está bem mais além de apenas se opor aos ditames do capital, mas aliado a isso faz-se necessário apegar-se e verdadeiramente se ter comprometimento com os objetivos, princípios apregoados pela profissão e por todos os aparatos que a legitimam, para que esta não seja relegada ao caráter assistencialista e moralizante.

Nessa perspectiva a Política de Assistência Social, delega sob a atuação profissional dos assistentes sociais a expectativa de que o desenvolvimento das suas ações estejam diretamente atreladas ao prisma da totalidade, comprometidos com os direitos sociais com vistas a desvelar todos os condicionantes que ocasionam em vulnerabilidade, risco social e/ou desigualdade. Assim, os assistentes sociais inseridos nesta têm como dever se opor ao desenvolvimento de práticas que remetam posturas conservadoras, morais, psicologizantes ou restringir a sua atuação ao caráter funcionalista. Portanto, devem negar tanto comportamentos que denotem o assistencialismo através atividades filantrópicas, como também devem se distanciar de práticas que evidenciem apenas os interesses do capital ou que provoquem desmontes nos direitos sociais.

No âmbito da referida política, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, é demandado aos profissionais de Serviço Social:

> • realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; • elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social; • planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de

> Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); •realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; • instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; • realizar estudos sócioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; • organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; • exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social; • prestar assessoria e supervisão às entidades não governamentais que constituem a rede socioassistencial; • prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva de fortalecimento do controle democrático e ampliação da participação de usuários/as e trabalhadores/as; • organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular es- tratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social; • elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as; • acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as (CFESS, 2011).

Tais requisições denotam que a Política da Assistência Social, estabelece os seus objetivos para atuação dos assistentes sociais atreladas ao Projeto Ético – Político da profissão e consequentemente com o seu código de ética, uma vez que fica visível a relação existente entre as demandas anteriormente citadas e os princípios da equidade, justiça social, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais que o Serviço Social se compromete em defender.

3.3 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NESSE ÂMBITO

A reflexão sobre a materialização do Projeto Ético – Político do Serviço Social se deu sob análise dos condicionantes históricos, políticos e sociais que interpelam a cena contemporânea reproduzindo impactos para a atuação profissional, os quais são desvelados por meio de uma pesquisa de campo no âmbito da Política de Assistência Social. O estudo teve por base uma breve análise dos compromissos éticos assumidos pelo Serviço Social em cada contexto da sua trajetória até chegar aos princípios que norteiam a profissão na atualidade frente aos avanços neoliberais e todos os desmontes nos direitos sociais decorrente dessa ideologia. Por meio de aporte teórico de livros, revistas, dissertações, artigos e periódicos, além de levar em consideração o cotidiano profissional dos Assistentes Sociais atuantes na Política de

Assistência Social de Juazeiro do Note – CE, ressaltando a percepção destes sobre a viabilidade de materialização dos compromissos éticos da profissão.

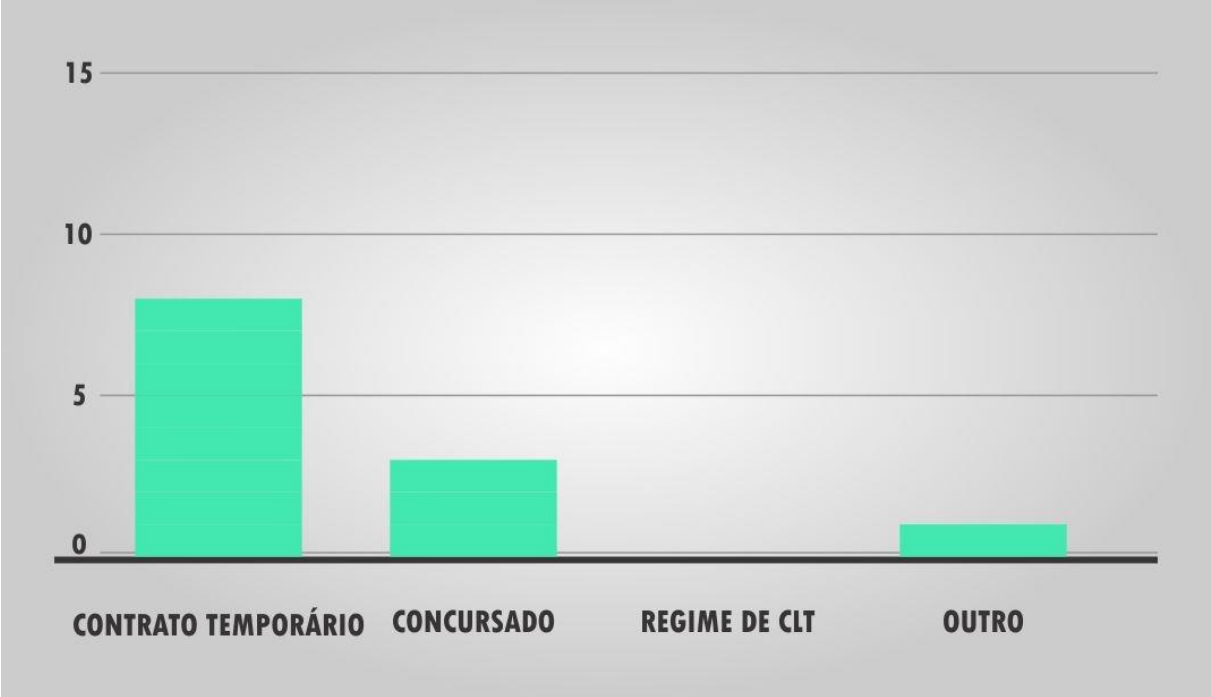
Portanto, visando analisar se os objetivos da referida política, alinhados com os compromissos éticos da profissão, ganham efetividade no cotidiano profissional dos assistentes sociais, foi aplicado um questionário aos 12 profissionais que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa, o qual é composto por 10 perguntas que abordam a caracterização do perfil dos profissionais que desenvolvem o seu exercício profissional na Assistência, a compreensão do projeto ético político da categoria e a percepção dos respondentes sobre a materialização dos compromissos propostos neste frente ao cenário atual.

Considerando a diversidade de profissionais que perfazem a prática do serviço social na cotidianidade, dados os fatores conjunturais, estruturais, trabalhistas e educacionais, no que diz respeito a formação da categoria, faz-se necessário caracterizar o perfil dos profissionais que a pesquisa comtempla:

Sexo:

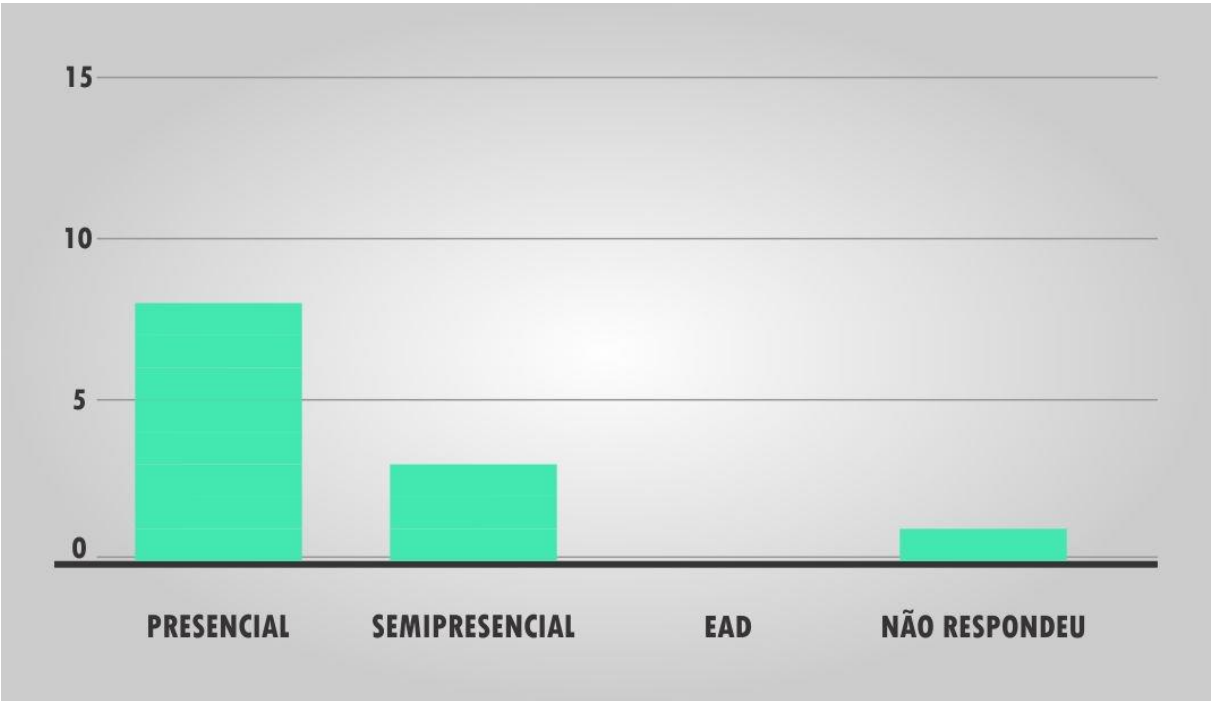
Fonte: Primária, 2019.

Vínculo empregatício:



Fonte: Primária, 2019.

Formação Profissional:



Fonte: Primária, 2019.

Diante do exposto, identifica-se que mesmo passado mais de 80 anos de institucionalização do Serviço Social no Brasil, a profissão permanece marcada por profissionais em sua maioria mulheres, fator reflexo do período da sua gênese, em que estas eram vistas como as “moças boazinhas” responsáveis pela manutenção da ordem.

> [...] Não somente é justificável a ação feminina social como ainda é indispensável [...] não tem a mulher, na sociedade a missão de educar? Imaginem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe da sociedade[...]. (IAMAMOTO, 1998, p. 172).

Com essa perspectiva, ainda que com caráter filantrópico se tinha o fazer, que hoje é atribuído aos assistentes sociais, delegado as esposas dos políticos da época ou moças de famílias nobres e índole inquestionável, as quais eram nomeadas de “damas de caridade”, fazendo com que até os dias atuais a profissão ainda esteja atrelada, majoritariamente, ao sexo feminino.

Ademais, as outras duas questões ganham destaque por demonstrar uma certa fragilidade na forma de inserção do serviço social no campo de atuação, uma vez que se constata um avanço na flexibilização da formação profissional, com o surgimento e investidas da formação semi-presencial, proposta da modalidade do Ensino à Distância – EAD, que cada dia mais vem ganhando espaço; como também dos vínculos empregatícios, fazendo com que a maior parte dos assistentes sociais não possuam estabilidade nos cargos que assumem.

> A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionalistas, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. [...] Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas (BARROCO, 2011, p. 212-213).

Portanto, a flexibilização do ensino e dos vínculos de trabalho andam em concordância com os interesses do capital e da ideologia neoliberal, uma vez que impõe elementos que reforçam a retomada de práticas conservadoras como medidas de intervenção para as demandas do cenário atual, afastando a atuação profissional da perspectiva de emancipação dos sujeitos, conforme é norteado pelo projeto ético dos assistentes sociais.

No que diz respeito ao ensino à distância, desde a aprovação do Decreto 5.622/05 e 5.800/06, que o institui e regulamenta, esta modalidade de ensino tem avanços consideráveis, sendo responsável por 53,6% das matrículas em Serviço Social e 55,3% dos formandos do curso em 2012, segundo dados do Censo da Educação de 2012 (INEP). Uma flexibilização que se traduz em fragilidade, tendo em vista a complexidade e a necessidade de um arcabouço teórico crítico para o desenvolvimento de uma atuação efetiva, além de experiências em grupo que na modalidade à distância fica inviável de ser ofertada. Visto que, de acordo com Maués (2006), no EAD:

> [...] ênfase à prática em detrimento da teoria, colocando as competências (saber-fazer, aprender a aprender) como o "eixo nuclear" da formação, utilizando a educação a distância como ferramenta preferencial da formação inicial e fazendo a "universitarização" nos institutos superiores de educação e nos cursos normais superiores, isto é, em instituições que não têm, na sua gênese, o compromisso da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (MAUÉS, 2006, p. 83).

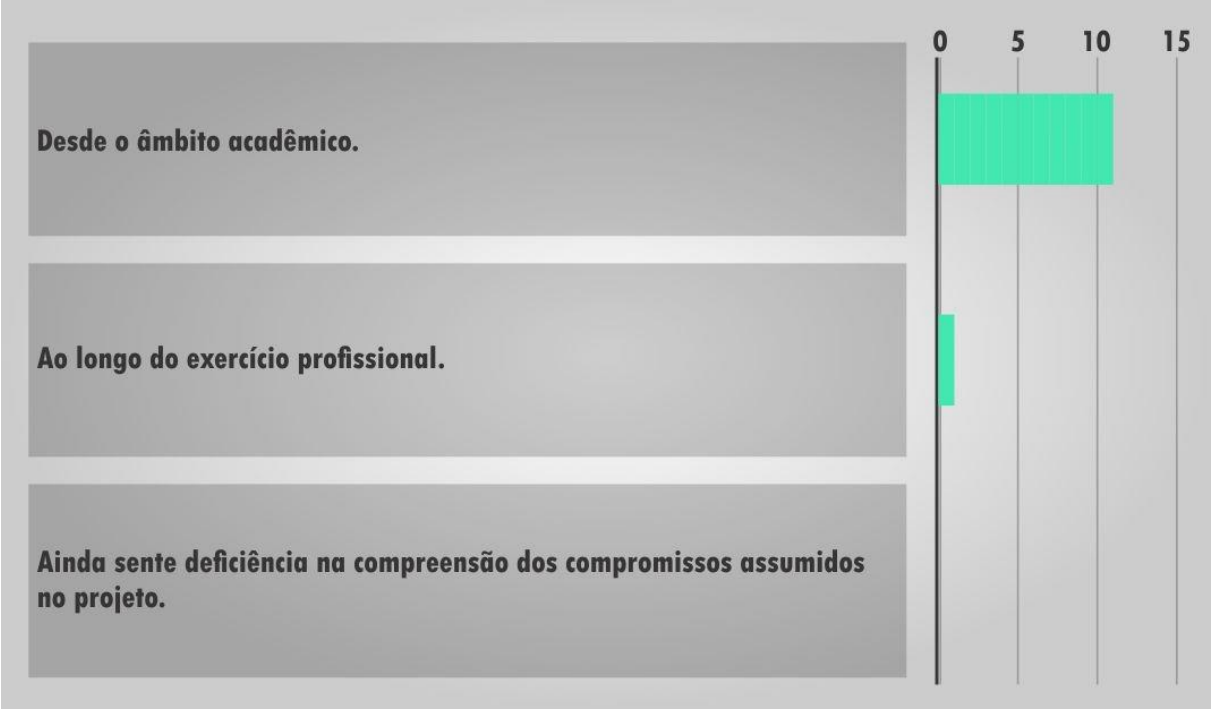
Nessa perspectiva, é promovido o distanciamento na relação teoria-prática o que por vezes pode acarretar na tomada de estratégias de ações ausentes de criticidade, alicerçadas no senso comum e preocupadas com respostas à demandas emergenciais, que em nada contribuem para a modificação da realidade vivenciada pelos sujeitos, pois a preocupação passa a ser com o quantitativo de respostas dadas, de demandas "atendidas", inserido a profissão no nível do funcionalismo e que diverge totalmente da atuação preconizada no Projeto Ético-Político da profissão.

O outro fator que visivelmente fragiliza a prática profissional e que corriqueiramente se faz presente, consiste na destituição de grande parte dos direitos trabalhistas, através da terceirização e da flexibilização dos vínculos de trabalho, por exemplo, que oferecem impactos diretos para os assistentes sociais, pois acaba por submetê-los a formas contratuais cada vez mais instáveis, sem contar a redução salarial. O que consiste, de acordo com Mota e Amaral (1998) "uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital".

Levando em consideração que o projeto ético político do Serviço Social estabelece compromissos como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais para o exercício dos assistentes sociais, a segunda parte do

questionário é formado por perguntas que propõem analisar a compreensão dos profissionais sobre o projeto da categoria.

1- Como se deu a aproximação e o conhecimento do Projeto Ético - Político do Serviço Social:



Fonte: Primária, 2019.

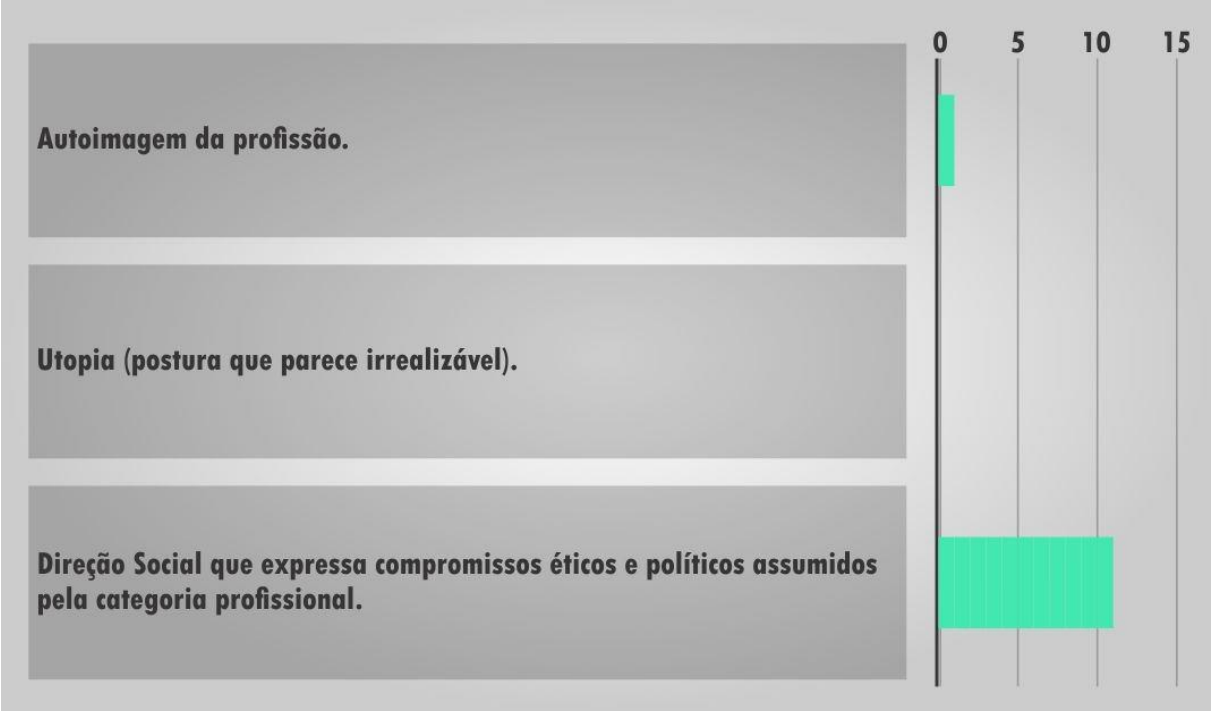
Nesse aspecto, é possível identificar que a maior parte dos assistentes sociais questionados relatam ter aproximação com os princípios éticos da profissão desde o âmbito acadêmico, característica positiva visto que de acordo com o que rege a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS é de suma importância os fundamentos éticos serem trabalhados ainda nos anos da academia, para que assim a incorporem ao exercício profissional.

Tal característica é ressaltada, devido ao projeto apregoar elementos que devem servir de norte para a atuação e para cada intervenção do assistentes social, com a perspectiva de afastar a profissão de práticas filantrópicas ou moralizantes e aproximá-la dos valores eleitos pela categoria, como: liberdade, autonomia, democracia, equidade, entre outros; que exprimem o comprometimento dos profissionais com um processo de emancipação dos sujeitos. Compromisso assumidos na intenção de ruptura com o conservadorismo, momento denominado como movimento de reconceituação no qual a categoria foi interpelada por mudanças

na sociedade que rebateram nos profissionais (PEREIRA, 2014). Fazendo, assim, necessário que a compreensão dos valores e princípios propostos se faça presente desde os anos de academia, para que a partir de então se possa alcançar uma prática de fato efetiva e alinhada com o que rege o projeto profissional do Serviço Social, capaz de articulá-lo com o cotidiano profissional.

Posteriormente, se objetiva analisar dentre os diversos significados atribuídos ao projeto profissional, qual deles representam a percepção dos assistentes sociais, oferecendo alternativas que contemplam uma concepção generalista, atrelada ao senso comum e outra que traduz o projeto do Serviço Social como norte para a profissão, respectivamente.

2- Na sua concepção, o Projeto Ético - Político do Serviço Social representa:



Fonte: Primária, 2019.

A partir da questão proposta, verificamos a predominância da concepção que visualiza o Projeto Ético político do Serviço Social como elemento norteador da prática profissional, convergindo com a percepção de Netto (1999):

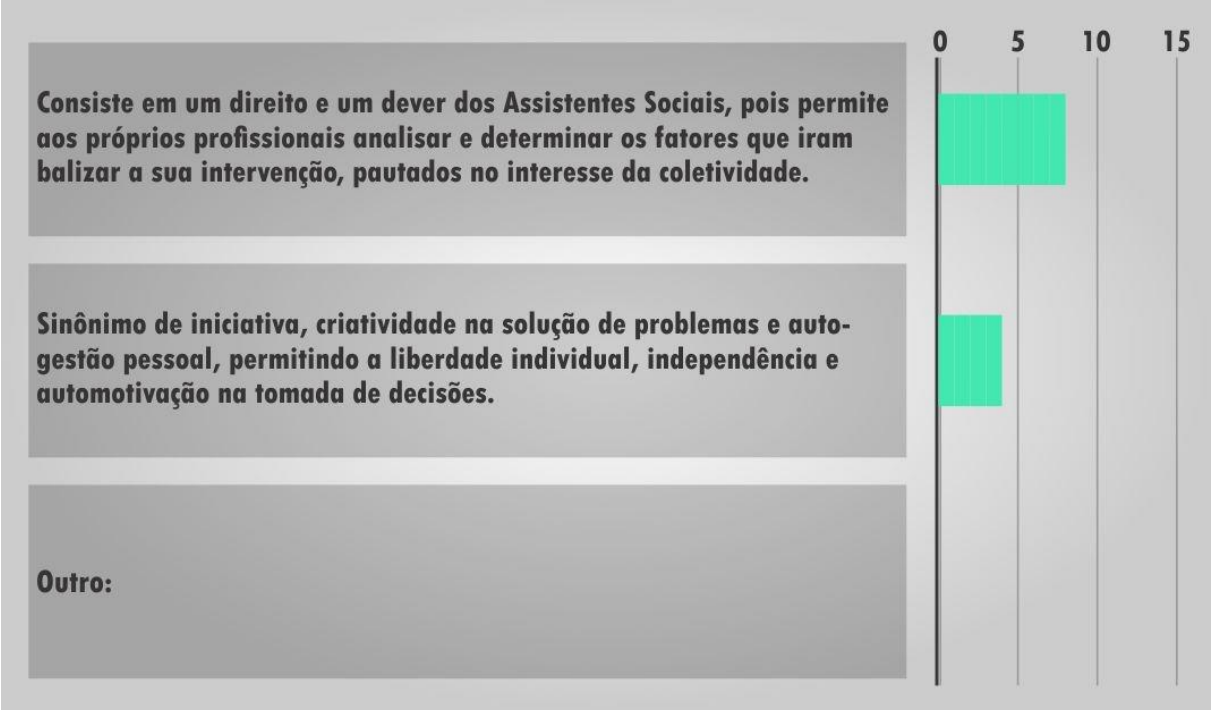
> Consideramos que todo projeto profissional expressa uma proposta de direcionamento social para determinada profissão. Assim, os projetos profissionais correspondem a uma elaboração coletiva, de um conjunto de sujeitos habilitados para o exercício da profissão, com o objetivo de exprimir

> o posicionamento da categoria – ou parte dela – sobre a função social de determinada atividade profissional (NETTO, 1999).

Perceber o projeto profissional enquanto direção social, implica em distanciar-se da perspectiva determinista e negativa que atribui a este o caráter de utopia, que mais ver limites do que viabilidade para a materialização dos compromissos que a profissão se propõem a resguardar. Portanto o Projeto do Serviço Social expressa compromissos que devem ser tomados como base sob a qual as ações desenvolvidas no exercício profissional devem estar alicerçadas, norteando os parâmetros que serão adotados para as respostas as demandas e consequentemente, para a intervenção em cada situação que lhes são postas na cotidianidade.

Dentre os princípios que objetivam nortear a atuação dos assistentes sociais, vale ressaltar a autonomia profissional, uma vez que esta garante a categoria se posicionar contra situações e/ou requisições institucionais que venham a ferir os seus valores éticos, possibilitando que em cada intervenção este possa assegurar o comprometimento com a ética profissional. Visando identificar a percepção dos assistentes sociais sobre o princípio da autonomia, levantou-se o seguinte questionamento:

3- Afirma-se que para a materialização dos compromissos assumidos pelo Serviço Social é necessário o exercício da autonomia. Qual a sua concepção acerca do referido termo?



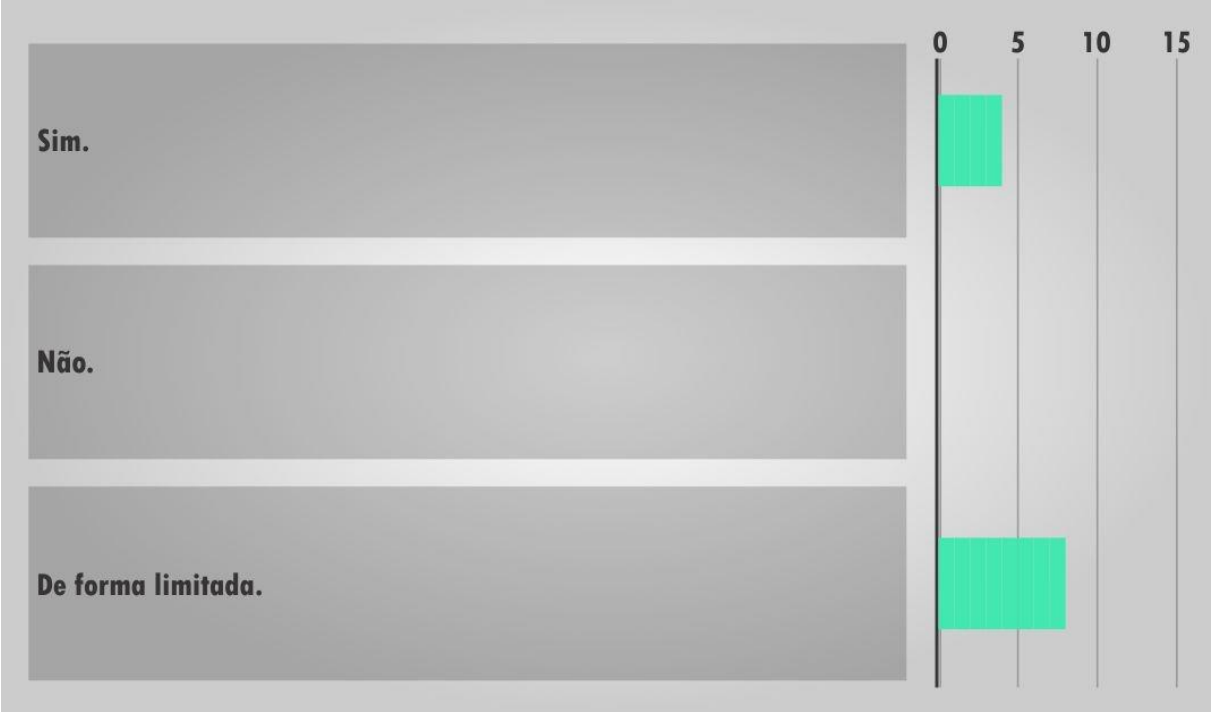
Fonte: Primária, 2019.

Verifica-se que neste quesito os resultados apontam que apesar de sua maioria expressar uma perspectiva mais ampla acerca da conceituação de autonomia, visualizando-a como elemento contributivo para o alcance da perspectiva de totalidade; também se tem uma parcela que atribui a este termo uma visão que está atrelada ao senso comum, visto que considera na atuação muito mais a impressão pessoal e os seus próprios preceitos, o que pode revelar uma tendência ao desenvolvimento de ações moralizantes.

Essa concepção revela, segundo Simões (2012), um alinhamento com a ótica neoliberal, uma vez que nesta os profissionais, para serem considerados autônomos, são incentivados a assumirem um papel pró-ativo, sendo preconizadas algumas características tais como: iniciativa para afirmar a sua própria criatividade na solução de problemas no trabalho e autogestão pessoal, ou seja, decidir baseado em suas próprias crenças morais; independência e automotivação para ganhar espaço e respeito. Portanto, demonstra uma preocupação com a ascensão pessoal do que com respostas que de fato venham a modificar a realidade dos seus demandantes.

A terceira parte do questionário foi destinada a compreender a visão dos assistentes sociais com relação ao Projeto Ético – Político do Serviço Social frente ao cenário contemporâneo, dada as investidas neoliberais que marcam esse contexto. Para tanto, buscou-se evidenciar as vivências no cotidiano profissional.

1- Os compromissos assumidos no Projeto Ético - Político do Serviço Social (liberdade como valor central, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos) tem a sua consolidação no Código de Ética de 1993. Consegue articular o cotidiano profissional com os princípios regidos no código?



Fonte: Primária, 2019.

É importante registrar que uma parcela expressiva dos participantes afirmam encontrar dificuldades na articulação dos princípios éticos com o dia-a-dia profissional. Neste ponto se percebe que apesar destes profissionais compreenderem o projeto do Serviço Social, bem como a sua relevância, destacam existir dificuldades para a sua materialização nas respostas profissionais.

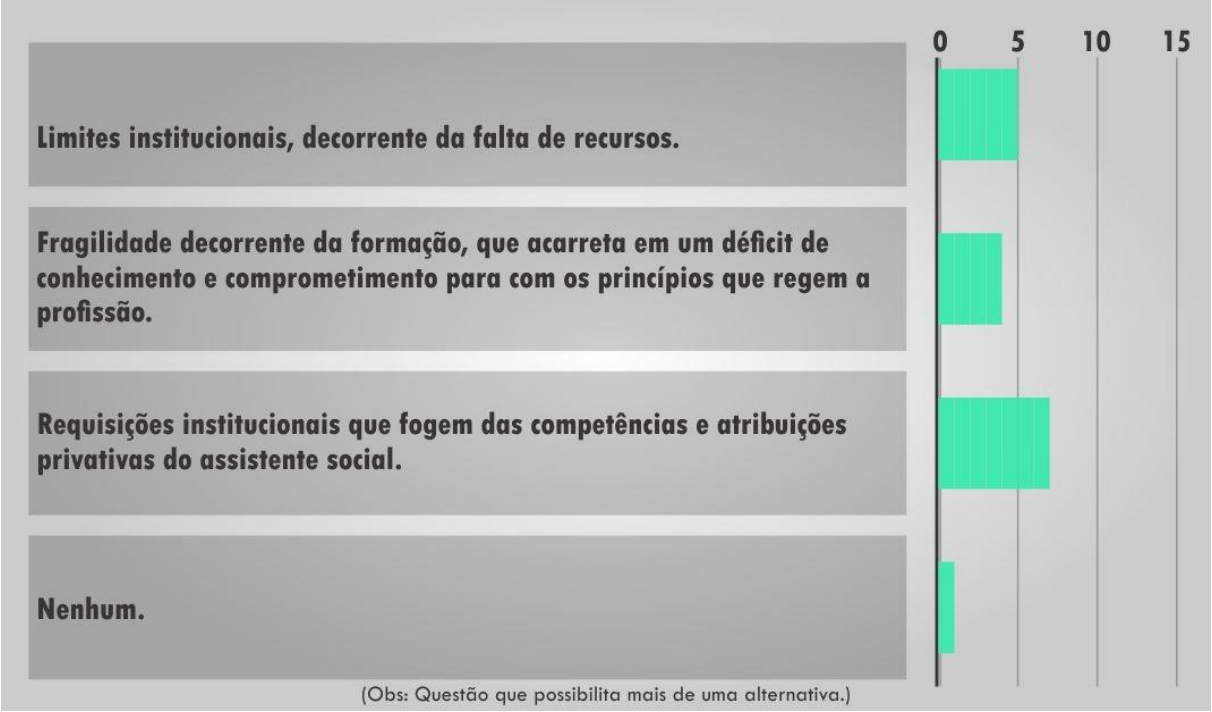
> Pode-se concluir que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura - com o foco privilegiado na questão social -, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social,

> devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO 2000, p.54)

Portanto, com a presente pesquisa percebe-se que as dificuldades na materialização do projeto profissional não decorre da ausência de compreensão e/ou aproximação com os compromissos deste, mas está atrelada a elementos externos, a uma série de limitações que de acordo com os respondentes chega, por vezes, a inviabilizar práticas com finalidades éticas conforme preconiza os valores da profissão. Ressaltando assim, a dificuldade imposta no cotidiano profissional, da articulação teoria e prática, pois apesar de se ter ciência da importância e contribuição que o projeto ético-político proporciona a profissão, se tem uma prática marcada por limitações, o que revela o motivo do dilema “na prática a teoria é outra” ainda se mostrar tão presente.

Tomando por base essa dificuldade de efetivação, fez-se necessário identificar os condicionantes que, exteriores a profissão e a realidade a qual se insere, inviabilizam os compromissos profissionais dos assistentes sociais. Quando questionados sobre isso se deparou com os seguintes posicionamentos:

2- A contemporaneidade vem sendo atravessada por uma série de adversidades que impactam a economia, a política, o social e consequentemente o cotidiano dos Assistentes Sociais, na sua concepção quais os impasses encontrados para a efetivação do Projeto Ético - Político do Serviço Social?



Fonte: Primária, 2019.

As respostas obtidas revelam que os três impassem propostos nas alternativas se fazem presentes no cotidiano profissional, tornando necessário analisar cada um destes. Inicialmente se tem os limites institucionais, os quais estão associados, como fator principal, aos desmontes na política vivenciados no cenário atual, fragilizando as respostas e as intervenções profissionais em decorrência da falta de recursos para a efetivação desta.

O outro determinante está ligado a questão da formação profissional, anteriormente ressaltada, que apesar de possuir apenas 4 das 17 respostas obtidas no questionamento aplicado, também demonstram o avançar da fragilidade no ensino do Serviço Social e da dificuldade de comprometimento para com os valores éticos.

Por fim se tem as requisições institucionais, as quais cada vez mais impõem aos assistentes sociais atribuições que estão na contramão dos seus compromissos profissionais, através de propostas de ações que alinham-se com o caritativo, com o conservador e com a perspectiva moral e que cada vez mais ganham adeptos dada a

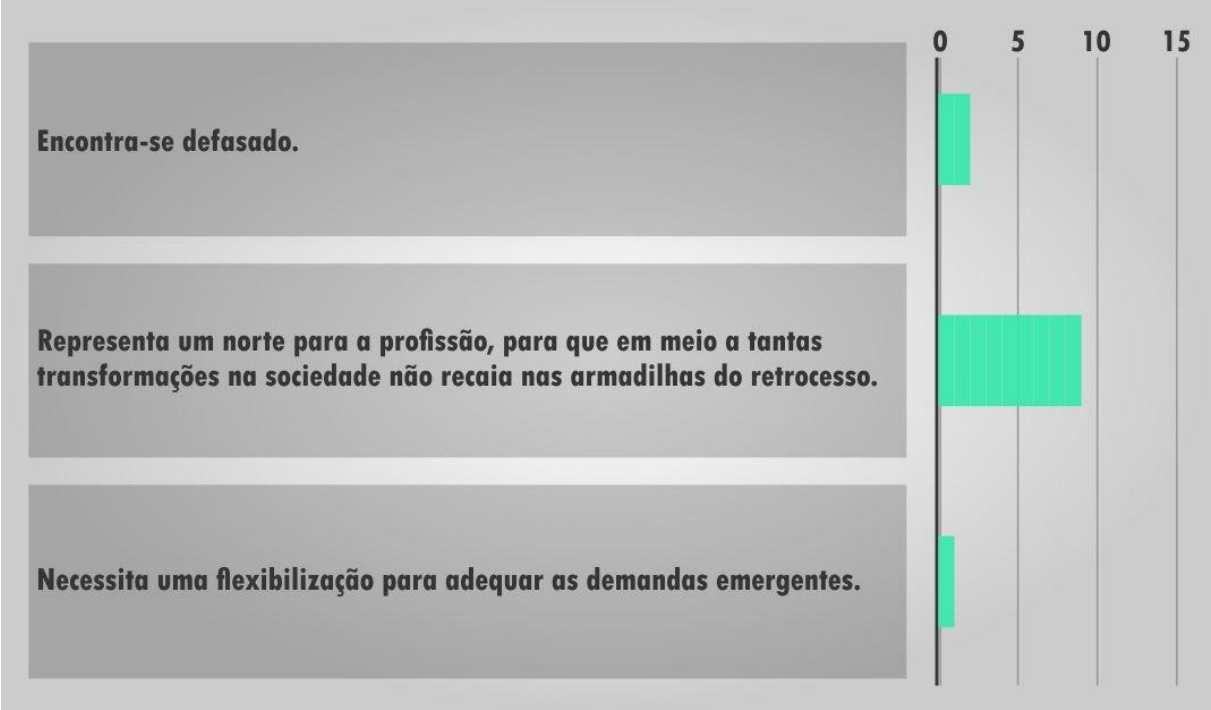
instabilidade dos vínculos trabalhistas que os fazem submeter a situações que destoam dos seus princípios profissionais, conforme discutido em questionamentos anteriores. Dessa forma, todos esses impasses revelam que:

> O assistente social busca, cotidianamente, sua legitimação profissional (busca da unidade na diversidade), não na ótica individualista posta pelo ajuste neoliberal, mas como sujeitos coletivos, de lutas coletivas, não podendo perder de vista o seu trabalho e o quanto este é importante para a intervenção na realidade existente (Ferrarez 2016, p. 11).

O cenário de atuação do Serviço Social se mostra totalmente adverso aos objetivos que os compromissos e valores da profissão vislumbram, porém o contexto de inserção da profissão não deve ser tomado como inviabilizador do exercício ético dos assistentes sociais, uma vez que desde a sua institucionalização, esta buscou formas de se legitimar mesmo em meio as adversidades impostas, buscando fincar, em uma sociedade de apego extremo ao capital, os compromissos assumidos enquanto categoria profissional.

Portanto, é no enfrentamento aos avanços neoliberais que também se busca a materialização do Projeto ético – político do Serviço Social, uma vez que este propaga a defesa de valores que vão de encontro aos interesses que perfazem essa ideologia. Levando em consideração a dicotomia existente entre os compromissos propostos no projeto profissional e o cenário contemporâneo, buscou-se compreender a percepção dos respondentes sobre o projeto da categoria inserido neste contexto.

3- Frente ao cenário atual, de constantes investidas neoliberais que acarretam em desmontes para com o social, o Projeto ético - político profissional:



Fonte: Primária, 2019.

Reafirmando que, de forma significativa, a percepção dos profissionais está ligada a perspectiva que afirma o projeto da categoria como norte para o exercício profissional, por meio do qual se tem sustentação para o desenvolvimento de práticas que de fato condicionem uma efetiva intervenção nas demandas dos usuários da política. Entretanto deve-se atentar para a ocorrência de duas respostas que apontam o projeto como defasado, uma vez que essa visão pode significar, a longo prazo, o surgimento de um projeto profissional divergente do atual, com compromissos atrelados ao conservadorismo, recaindo nas amarras do retrocesso. Ademais, a necessidade de flexibilização apontada por uma das respondentes, também tende, segundo Simões (2012), à desvinculação do profissional com os compromissos do projeto ético – político.

Assim, o último questionamento busca instigar uma autoanálise para o fazer profissional de cada um dos respondentes, propondo a estes refletir sobre as estratégias de intervenção, as ações desenvolvidas e as respostas dadas para as demanda em cada setor de atuação o qual estão inseridos, através da seguinte pergunta: **Avaliação quanto a materialização do Projeto Ético - Político do**

Serviço Social: Considera que o seu exercício profissional está na direção do projeto ético político do Serviço Social?

Dentre as respostas obtidas pode se destacar o relato da assistente social 1 que afirma: “Nem sempre, pois no decorrer do cotidiano vemos as limitações, seja no âmbito público ou privado. E muitas vezes alguns profissionais por falta de oportunidade concordam com o que lhes é oferecido”. Enquanto a assistente social 2 relata: “Sim! Porém se faz necessário um conjunto de novas atualizações nesse projeto para que possa amparar mais a profissão.” Dessa forma, ambas as percepções reiteram a existência de dificuldades para a materialização do atual projeto profissional, ressaltando limites que colocam impasses para sua efetivação. Entretanto, se restringir a essas inviabilizações significa retomar e aceitar práticas conservadoras que em nada contribuem para defesa dos direitos dos seus demandantes.

Em contrapartida a essa visão se tem o relato das assistentes sociais 3 e 4, as quais, respectivamente, afirmam: “Sim, com comprometimento profissional e efetivação de direito do sujeito”. “Sim, a partir de constantes reflexões a respeito do contexto atual do capitalismo e de questão social, é possível desenvolver ações para responder as demandas apresentadas, em constante relação com a rede socioassistencial, buscando sempre construir com eles e para eles a fim de promover o empoderamento e a autonomia dos sujeitos. A atualidade exige um profissional propositivo que busque fortalecer as políticas direcionadas em um comprometimento ético político que preconiza o código de ética.”

Posicionamentos que denotam que ainda há viabilidade para a efetivação dos compromissos que atualmente são resguardados pela profissão, visto que se afirma que apesar dos impasses que marcam a contemporaneidade, deve se apegar em aspectos que contribuam para a sua materialização e não a inviabilização. Concordando com a percepção de Iamamoto (2000), quando a mesma afirma: “O Projeto Profissional é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade: o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades de os homens construírem sua própria história.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social tem o seu passado histórico marcado pela perspectiva conservadora e a ausência de criticidade, o que necessitou de inúmeros condicionantes para se reformular e propiciar uma visão mais crítica e política ao fazer profissional. Entretanto, na cotidianidade, são vivenciadas investidas do capital que acabam por incentivar a retomada de práticas com cunho conservador, significando retrocesso.

Nesse sentido, o interesse para decorrer tal problemática, advém da necessidade de estratégias de maior intervenção sentidas no estágio obrigatório desenvolvido na Vigilância Socioassistencial, um ângulo pouco provável devido ao desenvolvimento da atuação no equipamento estar mais alinhado com a sistematização da política de Assistência, entretanto a partir de diálogos com a técnica de referência apontaram para a necessidade de práticas com maior impacto na vida dos demandantes e que estejam mais atreladas aos compromissos da profissão do que aos preceitos do senso comum, ressaltando a necessidade analisar a compreensão dos demais profissionais da Assistência sobre o assunto.

Os questionamentos propostos possibilitaram a identificação da dificuldade sentida pelos profissionais na materialização dos compromissos éticos do Serviço Social, visto que apresentam elementos que atuam na inviabilização destes, demonstrando que a fragilidade de articulação teoria e prática ainda se faz presente no cotidiano profissional. Uma insegurança, que ao ser observada, demonstra traço de ausência de discursão e análise sobre o que rege o Projeto Ético Político do Serviço Serviço Social e do Código de Ética Profissional de 1993, uma vez que o compreende como direção social, entretanto apresenta um certo distanciamento para com os seus valores e princípios.

Dessa forma, uma maior discussão com vistas a buscar possibilidades para materialização do projeto ético da profissão implicará em uma categoria profissional dotada de capacidade para além de compreender a importância do projeto da categoria no desenvolvimento da atuação profissional, mas também capaz de ter as suas intervenções norteadas pelo que rege os compromissos éticos, capaz de articulá-los independente das contrariedades do cenário em que se insere.

Para identificar tais aspectos, a pesquisa se debruçou sob compreensão, de maneira mais aprofundada, da concepção que se tem sobre o projeto ético político, além de analisar os impasses que, na visão dos respondentes, mais inviabilizam a efetivação dos valores que a profissão se compromete em resguardar, trazendo como destaque um espaço para incentivar estes a fazer uma análise em relação a sua própria atuação profissional, visto que o objetivo da pesquisa é instigar os profissionais a buscar viabilidades para a materialização de agir ético que possa de fato promover intervenção e contribuir para a promoção da emancipação dos sujeitos demandantes.

Uma das maiores dificuldades foi a de ressaltar que materialização do Projeto Ético Político não consiste em uma utopia, de comprovar que a efetivação destes no cotidiano do fazer profissional ainda é viável mesmo em meio a tantas adversidades encontradas no cenário contemporâneo e das investidas, até mesmo conceituais, do viés neoliberal, uma vez que grande parte dos argumentos teóricos encontrados apontam para a inviabilização dos compromissos éticos.

Diante disso, pôde-se perceber que a materialização dos princípios éticos ainda tem muito a ser discutida e analisada para refletir em mudança nas respostas dadas aos usuários dos serviços da política social, sendo necessário incialmente uma autoanálise por parte dos profissionais sobre as formas que a profissão se legitima atualmente na sociedade. Uma análise que proporcionará aos assistentes sociais parar para refletir acerca das respostas dadas, das ações tomadas e dos serviços ofertados no seu cotidiano profissional, buscando perceber este alinhado com os princípios da profissão.

Nesse sentido faz-se se necessário a categoria estabelecer constantes aproximações com o projeto, não somente com foco para teorização e conceituação deste, mas também de forma a analisar e compreendê-lo em cada contexto que a prática estiver inserida, com vistas a dar materialidade, a vislumbrar possibilidades de ações e atividades que estejam alinhadas com o que rege o projeto profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho.** – 14ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

AQUINO, Yara. Cursos de graduação a distância de serviço social têm fragilidades, diz conselho. **Brasília: 2014. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-09/conselho-d-servico-social-diz-que-graduacao-da-educacao-distancia-tem**

Associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. Brasília: ABEPSS, Grafline 2001. Disponível em: http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BODART, Cristiano das Neve. **O conceito marxiano de Fetichismo da Mercadoria**. Blog Café com Sociologia. 2016. Disponível em: https://cafecomsociologia.com/para-entender-de-uma-vez-por-todas-o-conceito-de-fetichismo-da-mercadoria-em-marx/

BRASIL. Ministério De Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional básica – NOB-RH/SUAS. Brasília, 2006. Disponível em: http://m.sabedoriapolitica.com.br/products/consideracoes-da-teoria-critica-para-abordagens-critico-dialeticas-em-ciencias-humanas-e-sociais/

BRAZ, Marcelo. **Assistente Social: ética e direitos.** Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região, 2008.

_____, Marcelo. Revista inscrita, Brasília (DF), ano 7, n. 10, 2007. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__10_

BRAZ; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília. 2009.

CARRAPATO, Josiane F. Lozigia; Et al. **O serviço social e o processo de emancipação dos usuários do serviço de residência terapêutica de bauru. Disponível em:** http://www.ufrgs.br/encresidenciais2010/programacao/arquivos_artigos/O_SERVICO_SOCIAL_E_O_PROCESSO_DE_EMANCIPACAO.pdf.

Carta de serviços ao usuário. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em:** http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/suas

Centro de referência do idoso oferece **serviços de empoderamento às pessoas da terceira idade**. 2017. Disponível em:

https://www.juazeiro.ce.gov.br/Imprensa/Noticias/2017-04-03-Centro-de-Referencia-do-Idoso-oferece-servicos-de-empoderamento-as-pessoas-da-terceira-idade-2709/

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social - **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social,** Brasilia, 2011 Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 13/05/2019.

CHAUI, Marilena. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (org). **Os sentidos da democracia.** 2.ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1999.

_____, Marilene. **A ideologia da competência.** Vol. 3 Autêntica editora, 2014. Disponível em: https://pt.scribd.com/book/405839883/A-ideologia-da-competencia-Escritos-de-Marilena-Chaui-vol-3

CISNE, Mirla. **Institucionalização dos movimentos sociais: uma reflexão sobre luta de classes na contemporaneidade.** Acesso internet em: 16/04/2019. http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Mirla_Cisne.pdf

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. São Paulo: 1947. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS. **Estatuto da Confederação Nacional dos Profissionais liberais.** Aprovada em Assembléia Geral Extraordinária do Conselho Deliberativo. Brasília: Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, 29 nov. 2007. Disponível em: < http://www.cnpl.org.br/index.php?searchword=estatuto&ordering=&searchphrase=all &Itemid =1&option=com_search>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Instrumento para a fiscalização do exercício profissional do assistente social.** Brasília: CFESS, 2007.

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS. **Requisições e/ou Imposições Institucionais demandadas ao Serviço Social, Incompatíveis às Defesas e Normativas Profissionais / Práticas Conservadoras / Projeto Ético-Político.** In: Termo de orientação, 2017. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Termo-de-orientacao-requisicoes-institucionais-incompativeis-com-o-SSO.pdf

CORRÊA; MAGALHÃES. **Intervenção Social: A atuação do assistente social nas políticas locais e o desenvolvimento local.** In: revista CCCSS contribuições a las ciencias sociales, 2017.

CUBANO, Jairo. **Neoliberalismo e o sufocamento da classe trabalhadora.** Sucursal- CE, 2011. Disponível em: https://inverta.org/jornal/edicao-impressa/437/debate/neoliberalismo-e-o-sufocamento-da-classe-trabalhadora

FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** IN: Forti e Guerra (org.) Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Júris Editora, 2009.

FERRAREZ, Cynthia Santos. **Serviço social contemporâneo: uma análise a respeito das teorias que se mostram aos assistentes sociais**. Disponível em: http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/db/dbba273f-697c-4652-8468-cca78b0f3a09.pdf

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Projeto ético-político do serviço social: contribuições a sua crítica.** Rio de Janeiro: editora Lumen Júris, 2015. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/forti-e-coelho-20180413124013925378O.pdf

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GRAZIADEI, Carolina. Centro pop disponibiliza serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua. In**:** Secretaria especial do desenvolvimento social. 2018. Disponível em: http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/agosto/centro-pop-disponibiliza-servicos-de-acolhimento-para-pessoas-em-situacao-de-rua

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

_____, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____, Marilda Villela **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília (DF): CEAD; UnB, 2009.

_____, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEGRI, F. L. **O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no Sistema único de Assistência Social**. 2011. 246 p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94915/289306.pdf?sequence=1> Acesso em: 03 maio 2019.

LAJOLO, Mariana. EAD, 1,5 milhão estuda a distância no Brasil. 2018. In: Revista Veja. Disponível em: https://veja.abril.com.br/educacao/ead-15-milhao-de-pessoas-estuda-a-distancia-no-brasil/

MARTINS, Omari Ludovico. **O projeto ético-político do serviço social: um processo de construção e direção social da vertente intenção de ruptura.** Tese (doutorado) − Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2009. Disponível: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t3.pdf

MAUÉS, Olgaíses. **A educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização?** Revista Universidade e Sociedade. ANDES: Brasília, ano XV, n. 37, p. 81-92, 2006.

MIOTO; NOGUEIRA. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA; AMARAL, Ângela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). A nova fábrica de consensos. Ensaios sobre a reestruturação produtiva empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO. José Paulo **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** – 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, José Paulo **Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão.** In: Revista Serviço social e sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996b, p. 87-132.

_____, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

_____, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 4ª ed. –São Paulo, Cortez, 2005.

PESCHANSKI, João Alexandre. **Capitalismo, uma definição.** 2012. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/21/capitalismo-uma-definicao/.

PIMENTEL, Edlene. **Uma "nova questão social"? Raízes materiais e humano- - sociais do pauperismo de ontem e de hoje.** In: Revista Serviço social e sociedade. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/12.pdf

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, O. C. **Crise do capital e contrarreforma do estado: as inflexões nas Políticas Sociais.** In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, São Luis. 2015, http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf

SEMZEZEM; SILVA. **O trabalho do assistente social no sistema único de assistência social – SUAS**. Seminário Nacional de Serviço Social, no trabalho e política social. Florianópolis – SC, 2015.

SANTOS, Leila L. **Metodologismo: Explosão de uma época.** IN: SANTOS, L.L. Textos de Serviço Social, 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.
Simões, Nanci Lagioto Hespanhol. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

Silva, Marlise Vinagre. **Ética e Direitos Humanos.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/etica-direitos-humanos-e-o-projeto-etico-politico-do-servico-social/.

SILVA, Jackeline Araujo. **O código de ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças.** Florianópolis, 2015.

SOUSA, Julise Cristina de, et al. **A efetivação do projeto ético político profissional no âmbito da assistência social.** Florianópolis, 2013. Disponível em: http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/A-efetiva%C3%A7%C3%A3o-do-PEP-no-%C3%A2mbito-da-Assist%C3%AAncia-Social.pdf

Secretaria especial do desenvolvimento social. **O que é.** 2015. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e

Secretaria especial do desenvolvimento social. **Assistência social.** 2015. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/acesso-a-servicos/assistencia-social

SANTANA, Eline Peixoto de. **Histórico da política de assistência social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais.** Maranhão – 2013. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspublicas/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf

Secretaria especial do desenvolvimento social. **Centro de referência especializado para pessoas em situação de rua – Centro POP.** Brasília. 2015. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop

Silva, Anália Barbosa da. **O serviço social no brasil: das origens à renovação ou o "fim" do "início".** Disponível em: http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf

TERRA, S. H. Parecer Jurídico nº 32/99. **Potencialidades do Código de Ética Profissional e da Lei 8662/93, frente a condições de trabalho do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1999.

YAZBEK, M. C. (org.). **Revista Serviço Social & Sociedade - Nº 14.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

1° Parte: caracterização do respondente:

1) Sexo:

( ) Masculino ( ) Feminino

2) Vínculo empregatício:

( ) Contrato temporário ( ) Concursado

( ) Regime de CLT ( ) Outro: _____

3) Instituição de formação:

( ) Presencial ( ) semipresencial ( ) À distância - EAD

2° Parte: Compreensão do Projeto Ético - Político do Serviço Social

1) Como se deu a aproximação e o conhecimento do Projeto Ético - Político do Serviço Social:

( ) Desde o âmbito acadêmico

( ) Ao longo do exercício profissional

( ) Ainda sente deficiência na compreensão dos compromissos assumidos no projeto.

2) Na sua concepção, o Projeto Ético - Político do Serviço Social representa:

( ) Autoimagem da profissão

( ) Utopia (propõe uma postura que parece irrealizável)

( ) Direção Social que expressa compromissos éticos e políticos assumidos pela categoria profissional

3) Afirma-se que para a materialização dos compromissos assumidos pelo Serviço Social é necessário o exercício da autonomia. Qual a sua concepção acerca do referido termo?

( ) consiste em um direito e um dever dos Assistentes Sociais, pois permite aos próprios profissionais analisar e determinar os fatores que irão balizar a sua intervenção, pautados no interesse da coletividade.

( ) sinônimo de iniciativa, criatividade na solução de problemas e auto-gestão pessoal, permitindo a liberdade individual, independência e automotivação na tomada de decisões.

( ) Outro:

_____

_____

_____

3° Parte: Percepção do Projeto Ético - Político do Serviço Social na Contemporaneidade

1) Os compromissos assumidos no Projeto Ético - Político do Serviço Social (liberdade como valor central, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos) tem a sua consolidação no Código de Ética de 1993. Consegue articular o cotidiano profissional com os princípios regidos no código?

( ) sim

( ) não

( ) de forma limitada

2) A contemporaneidade vem sendo atravessada por uma série de adversidades que impactam a economia, a política, o social e consequentemente o cotidiano dos Assistentes Sociais, na sua concepção quais os impasses encontrados para a efetivação do Projeto Ético - Político do Serviço Social?

( ) limites institucionais, decorrente da falta de recursos

( ) fragilidade decorrente da formação, que acarreta em um déficit de conhecimento e comprometimento para com os princípios que regem a profissão.

( ) Requisições institucionais que fogem das competências e atribuições privativas do assistente social

3) Frente ao cenário atual, de constantes investidas neoliberais que acarretam em desmontes para com o social, o Projeto ético - político profissional:

( ) encontra-se defasado

( ) representa um norte para a profissão, para que em meio a tantas transformações na sociedade, não recaia nas armadilhas do retrocesso.

( ) necessita uma flexibilização para adequar as demandas emergentes

4) Avaliação quanto a materialização do Projeto Ético - Político do Serviço Social: Considera que o seu exercício profissional está na direção do projeto ético político do Serviço Social?

_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a)

Cicera Juliany de Lima Oliveira Silva - CPF 06815801357, discente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, está realizando a pesquisa intitulada "Emancipar ou Moralizar: Tendências Éticas do Serviço Social em meio a Contemporaneidade" que tem como objetivos Compreender, à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a viabilidade da materialização dos compromissos éticos mediante as contrariedades do cenário contemporâneo. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta as seguintes etapas: inicialmente analisar os compromissos éticos assumidos pela categoria profissional ao longo da trajetória histórica, em cada contexto a qual esteve inserida, posteriormente compreender os impasses encontrados no cenário contemporâneo para a efetivação dos princípios éticos, e desvelar a viabilidade dos compromissos éticos no contexto atual, tomando por base a percepção dos assistentes sociais do Sistema Único de Assistência Social.

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá em responder um questionário composto por 15 (quinze) perguntas estruturadas acerca do conhecimento, compreensão e articulação do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano profissional. Inicialmente serão coletadas informações para a sua caracterização, para em seguida adentrar nas perguntas mais específicas do tema abordado no estudo.

O preenchimento deste questionário não oferece riscos ao (a) senhor, pois todas as informações pessoais adquiridas, bem como as respostas, serão mantidas em sigilo, inclusive quando os resultados forem apresentados, além de prezar pelo seu anonimato, não sendo necessário a identificação do seu nome ao responder o questionário. Ademais toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa.

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de promover uma autoanálise por parte da categoria acerca do seu exercício profissional, e assim propiciar uma rediscussão dos compromissos éticos assumidos, afastando práticas conservadoras.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado o questionário.

_____

Local e data

_____

Assinatura do Pesquisador

_____

Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica